



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
CAMPUS JOÃO PESSOA
DIRETORIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO E NEGÓCIOS
CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

GILSON FERREIRA DE ANDRADE

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO
SOCIAL: UMA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DE
APOSENTADORIA PARA A COMUNIDADE SURDA**

**João Pessoa
2025**

GILSON FERREIRA DE ANDRADE

**A EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO SOCIAL:
UMA PROPOSTA DE PLANEJAMENTO DE APOSENTADORIA PARA A
COMUNIDADE SURDA**



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Orientador: Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto

Coorientadora: Profa Ma. Regina de Fátima Freire Valentim Monteiro

**JOÃO PESSOA
2025**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP
Biblioteca Nilo Peçanha –IFPB, *Campus* João Pessoa

A554e Andrade, Gilson Ferreira de.

A educação financeira como ferramenta de inclusão social: uma proposta de planejamento de aposentadoria para a comunidade surda / Gilson Ferreira de Andrade. – 2025.

66 f. : il.

TCC (Graduação – Bacharelado em Administração) – Instituto Federal da Paraíba – IFPB / Unidade Acadêmica de Gestão - UAG.


Orientadora: Prof. Dr. Odilon Saturnino Silva Neto.

Coorientadora: Prof. Ma. Regina de Fátima F. V. Monteiro.

1. Educação financeira. 2. Inclusão social. 3. Planejamento de aposentadoria. I. Título.

CDU 376:336.7-056.263

Bibliotecário responsável: Thiago de Lima Silva – CRB15/524

 INSTITUTO FEDERAL Paraíba	CAMPUS JOÃO PESSOA COORDENAÇÃO DO CURSO SUPERIOR DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - CAMPUS JOÃO PESSOA
---	--

AVALIAÇÃO 52/2026 - CCSBA/UAS/UA/DDE/DG/JP/REITORIA/IFPB

Em 19 de março de 2026.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gilson Ferreira de Andrade

Matrícula 20191460033

Educação Financeira como Ferramenta de Inclusão Social para a Comunidade Surda

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO apresentado em **18/03/2026, às 19:00** no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), Curso Superior de Bacharelado em Administração, como requisito institucional para a obtenção do Grau de Bacharel(a) em **ADMINISTRAÇÃO**.

Resultado: APROVADO

João Pessoa, 18 de março de 2026.

BANCA EXAMINADORA:

(assinaturas eletrônicas via SUAP)

Odilon Saturnino Silva Neto (IFPB)

Orientador(a)

Regina de Fatima Freire Valentim Monteiro (IFPB)

Co-orientadora

Victor Lopes Bezerra (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Elaine Cristina Batista de Oliveira (IFPB)

Examinador(a) interno(a)

Documento assinado eletronicamente por:

- Ceres Grehs Beck, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/03/2026 13:01:54.
- Odilon Saturnino Silva Neto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/03/2026 17:52:28.
- Regina de Fatima Freire Valentim Monteiro, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/03/2026 22:47:08.
- Victor Lopes Bezerra, PROF ENS BAS TEC TECNOLOGICO-SUBSTITUTO, em 20/03/2026 20:23:04.
- Elaine Cristina Batista de Oliveira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 21/03/2026 12:07:30.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 12/03/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 849933
Verificador: 809e029a20
Código de Autenticação:



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a Deus, por Sua infinita graça e misericórdia, que me sustentaram em cada passo desta jornada. A Ele toda honra e glória.

Esta conquista também é fruto do esforço contínuo e da busca pelo aperfeiçoamento pessoal e a excelência profissional na área de administração. Que este trabalho possa servir como um testemunho de que, com fé e perseverança, todos os sonhos são possíveis.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a realização e apresentação do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), intitulado "A Educação Financeira como Ferramenta de Inclusão Social: Uma Proposta de Planejamento de Aposentadoria para a Comunidade Surda".

Primeiramente, agradeço ao meu orientador, Professor Odilon Saturnino, por seu incansável apoio, orientação e incentivo ao longo de todo o processo. Sua *expertise* e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a coorientadora e intérprete de Libras professora Regina Monteiro, por suas valiosas contribuições, *insights* e suporte na comunicação com as pessoas surda e mobilização das intérpretes libras do IFPB em prol da execução deste TCC.

As intérpretes de Libras do IFPB Francileya Ferreira, Géssica Vasconcelos e Ravena Vasconcelos pela dedicação e excelente produção dos vídeos em libras.

Agradeço à professora Ceres Beck por sua atenção ímpar, pela paciência com os estudantes e por transformar obstáculos em aprendizado. Sua paixão pela docência e incentivo constante me inspiraram a concluir o curso de Administração.

Agradeço à banca examinadora deste Trabalho de Conclusão de Curso, composta pela professora Elaine Oliveira e pelo professor Victor Lopes, pelas valiosas contribuições e sugestões apresentadas, que contribuíram significativamente para o aprimoramento deste estudo, especialmente no que se refere à inclusão das pessoas surdas como protagonistas no contexto da educação financeira.

As instituições religiosas e amigos da FUNAD pela colaboração e mediação com os surdos em especial à Igreja Batista e à Anilze Castilho, respectivamente.

Aos meus familiares em Macaíba-RN, que, mesmo distantes, sempre me apoiaram e encorajaram a seguir em frente. Seu amor e suporte foram essenciais para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, gostaria de expressar minha sincera gratidão pelo apoio, incentivo e camaradagem ao longo desta jornada acadêmica. Sua presença e colaboração tornaram este percurso muito mais enriquecedor e gratificante.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão deste trabalho. Sem o apoio e a colaboração de cada um de vocês, este TCC não teria sido possível. Muito obrigado!

Epígrafe

Para ter sabedoria, é preciso primeiro pagar o seu preço. Use tudo o que você tem para conseguir a compreensão. Ame a sabedoria, e ela o tornará importante; abraça-a e você será respeitado. A sabedoria será para você um enfeite, como se fosse uma linda coroa.

Provérbios 4:7-9 NTLH

RESUMO

Este estudo investiga de que maneira a educação financeira pode atuar como ferramenta efetiva de inclusão social, com foco no planejamento de aposentadoria para pessoas surdas. A temática torna-se relevante diante das reformas previdenciárias recentes e do envelhecimento populacional brasileiro. No caso das pessoas surdas, os desafios são ampliados pela escassez de informações financeiras acessíveis e pela dependência de intérpretes para a mediação das informações. Trata-se de pesquisa descritiva e exploratória, com abordagem quantitativa, realizada por meio de questionário estruturado aplicado a 20 participantes surdos. Para análise das proporções, utilizou-se o intervalo de confiança pelo método de Wilson, apropriado para amostras pequenas. Os resultados indicaram fragilidade no domínio de conceitos financeiros básicos, baixo percentual de planejamento previdenciário ativo e presença de barreiras linguísticas, cognitivas e institucionais. Diante desse cenário, o estudo propõe estratégias de educação financeira adaptadas, incluindo planejamento de ativos com diversificação entre renda fixa (títulos públicos, CDB, LCI e LCA) e renda variável (fundos imobiliários, fundos multimercado, ETFs e ações de setores perenes), além de orientações sobre organização orçamentária e geração complementar de renda. A pesquisa apresenta caráter inédito ao articular educação financeira, planejamento de aposentadoria e as pessoas surdas, contribuindo para ampliar o debate sobre inclusão financeira, acessibilidade e equidade no contexto brasileiro, bem como abrindo caminho para investigações futuras que considerem de forma mais aprofundada as barreiras de comunicação, os aspectos sociais e culturais que caracterizam a pessoa surda. Observa-se, portanto, que a efetividade da educação financeira para esse público depende de estratégias bilíngues, recursos visuais e fortalecimento da acessibilidade institucional.

Palavras-chave: Educação Financeira. Pessoas Surdas. Inclusão Social. Planejamento de Aposentadoria. Acessibilidade Financeira.

ABSTRACT

This study investigates how financial education can function as an effective tool for social inclusion, with a focus on retirement planning for deaf individuals. The topic gains relevance in light of recent pension reforms and Brazil's demographic aging. For deaf people, the challenges are intensified by the scarcity of accessible financial information and the reliance on interpreters for mediation. This research adopts a descriptive and exploratory design with a quantitative approach, conducted through a structured questionnaire applied to 20 deaf participants. Proportions were analyzed using Wilson's confidence interval method, which is appropriate for small samples. The findings reveal weaknesses in the understanding of basic financial concepts, a low rate of active retirement planning, and the presence of linguistic, cognitive, and institutional barriers. In response, the study proposes adapted financial education strategies, including asset planning with diversification between fixed-income investments (government bonds, CDB, LCI, and LCA) and variable-income investments (real estate funds, multimarket funds, ETFs, and stocks in essential sectors), as well as guidance on budgeting and complementary income generation. This research presents an original contribution by articulating financial education, retirement planning, and the deaf community, thereby expanding the debate on financial inclusion, accessibility, and equity in the Brazilian context. It also opens avenues for future investigations addressing communication barriers and the social and cultural dimensions that characterize deaf individuals. The effectiveness of financial education for this population depends on bilingual strategies, visual resources, and strengthened institutional accessibility.

Keywords: Financial Education; Deaf Individuals; Social Inclusion; Retirement Planning; Financial Accessibility.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE - Atendimento educacional especializado
B3 - Bolsa de Valores do Brasil
BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPC-LOAS - Benefício de Prestação Continuada - Lei Orgânica da Assistência Social
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDB - Certificado de Depósito Bancário
CLAI - Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão
CDI - Certificado de Depósito Interbancário
CONAE - Conferência Nacional da Educação
CPF - Cadastro de Pessoas Físicas
CNPS - Conselho Nacional de Previdência Social
DI - Depósito Interfinanceiro
ESPEP - Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba
ENEF - Estratégia Nacional de Educação Financeira
ETE - *Exchange Traded Funds*
FBEF - Fórum Brasileiro de Educação Financeira
FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FGC - Fundo Garantidor de Crédito
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FUNAD - Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBOVESPA - Índice da Bolsa de Valores de São Paulo
IFPB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPF - Imposto de renda pessoa física
IRRF - Imposto de renda retido na fonte
LCA - Letra de Crédito do Agronegócio
LCI - Letra de Crédito Imobiliários
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
MEC - Ministério da Educação
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
PGBL - Plano Gerador de Benefício Livre
PNA - Política Nacional de Alfabetização
PNE - Plano Nacional da Educação
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
S&P 500 - *Standard & Poor's 500*, (índice composto por quinhentos ativos cotados na bolsa de Nova Iorque, Estados Unidos
SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
VGBL - Vida Gerador de Benefício Livre

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Objetivos	16
1.1.1	Objetivo Geral	16
1.1.2	Objetivos Específicos.....	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	17
2.1	Uma Síntese Histórica da Cultura dos Surdos	17
2.2	Educação Financeira, Literacia Financeira e Alfabetização Financeira ..	20
2.3	Níveis de Alfabetização dos Surdos	22
2.4	Endividamento das Famílias Brasileiras	23
2.4.1	Disparidade entre as taxas de juros cobradas em empréstimos consignados versus ganhos com investimentos financeiros	25
2.5	Planejamento Financeiro	25
2.5.1	Ativos que Podem Conter no Planejamento Financeiro	27
2.5.1.1	Títulos Públicos.....	29
2.5.1.2	Certificados de Depósito Bancário (CDB)	30
2.5.1.3	Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) .	30
2.5.1.4	Fundos Imobiliários	30
2.5.1.5	Fundos de Investimento	30
2.5.1.6	Ações de Empresas	31
2.5.1.7	<i>Exchange Traded Funds</i> - ETF	31
2.5.1.8	Planos de Previdência Privada	31
2.5.2	Diversificação de Produtos Financeiros no Planejamento Financeiro.....	33
3	METODOLOGIA DA PESQUISA	35
3.1	Caracterização da Pesquisa	35
3.2	Universo, Amostragem e Amostra	36
3.3	Instrumento de Coleta de Dados	36
3.3.1	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	38
3.4	Perspectiva de Análise de Dados	38
4	ANÁLISE DE DADOS	38
4.1	Justificativa Estatística para a Adoção do Intervalo de Confiança de Wilson Score	39
4.2	Apresentação Geral dos Dados	40
4.3	Perfil Socioeconômico e Profissional	42
4.4	Alfabetização Financeira	44
4.5	Comportamento Financeiro	47

4.6	Principais Obstáculos, Barreiras e Oportunidades	50
4.6.1	Barreiras Informacionais no Entendimento da Aposentadoria.....	50
4.6.2	Barreiras Linguísticas e Comunicacionais	51
4.6.3	Barreiras Cognitivas e Textuais	52
4.6.4	Barreiras Sociais e Emocionais	53
4.7	Discussão com a Literatura	54
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
	REFERÊNCIAS	58
	APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS	65

1 INTRODUÇÃO

A educação financeira é compreendida como uma combinação de conscientização, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões sólidas e alcançar o bem-estar financeiro individual (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 2020). Diante dessa definição, torna-se imprescindível que o Estado, por meio de políticas públicas eficazes, e as instituições privadas promovam o acesso à educação financeira de forma equitativa, permitindo que o cidadão desenvolva autonomia para gerir seus recursos desde a juventude até a velhice. Tal processo envolve o equilíbrio financeiro e a compreensão ampliada do papel do indivíduo nos contextos social, econômico e ambiental.

No cenário contemporâneo, observa-se que a inclusão social e econômica das comunidades de baixa renda permanece um desafio persistente, transversal às dimensões de classe social, gênero e etnia. Um dos fatores que mais contribui para essa dificuldade é a ausência de políticas públicas voltadas às populações vulneráveis, o que amplia sua exposição ao crédito fácil e aos benefícios de programas sociais sem a devida preparação para o gerenciamento adequado desses recursos. Esse contexto se reflete no elevado nível de endividamento dos brasileiros, que permanece acima da média global (Souza, 2022). Além disso, o histórico de inflação alta corrói o poder de compra e fragiliza a organização financeira das famílias, contribuindo para comportamentos de risco, como a busca por jogos de azar e o uso de álcool e outras drogas como formas de alívio momentâneo.

Esse quadro torna-se ainda mais preocupante diante do aumento contínuo da expectativa de vida no país. Segundo o IBGE (2023), a expectativa de vida da população brasileira alcançou 75,5 anos em 2022; na Paraíba, passou de 73,5 anos em 2017 para 74,1 anos em 2019 (Portal G1, 2023). As projeções indicam crescimento para 82,7 anos em 2060, com diferenças marcantes entre homens e mulheres (Agência Brasil, 2024). O aumento da população idosa pressiona o sistema de saúde, especialmente o setor suplementar, que registrou crescimento de 42% no número de centenários e quase 33% no de beneficiários acima de 60 anos nos últimos cinco anos (Folha de São Paulo, 2026). Como consequência, muitos idosos enfrentam dificuldades para manter seus planos devido aos reajustes e à redução de renda típica do envelhecimento.

Nesse cenário, o planejamento previdenciário e financeiro torna-se essencial para preservar um padrão de vida adequado e garantir segurança na velhice, já que depender exclusivamente da previdência social pode não ser suficiente diante das constantes reformas e incertezas futuras. Assim, a escola pública pode desempenhar papel central como agente transformador ao oferecer uma educação financeira, inclusiva e cidadã para toda as comunidades. Ao integrar programas de educação financeira no currículo, as escolas permitem que os alunos desenvolvam habilidades para tomar decisões financeiras que favoreçam tanto a qualidade de vida individual quanto do bem-estar social, pois assim está disseminando o conhecimento e o desenvolvimento do letramento financeiro dos indivíduos (Bufalo; Pinto, 2023).

Essas ações, quando bem estabelecidas, podem favorecer os indivíduos na tomada de decisões mais assertivas e sustentáveis a curto e longo prazo, o que pode contribuir para o seu equilíbrio econômico, psicológico e social ao longo da vida.

Os autores Bufalo e Pinto (2023) enfatizam ainda que o conhecimento financeiro isoladamente não é suficiente para instrumentalização do cidadão, sendo preciso aprimorar comportamentos e atitudes, influenciados por valores pessoais e externos. Souza (2022) complementa que a capacitação dos professores na literacia financeira deve ser uma prioridade nas políticas públicas, visto que são responsáveis por compartilhar seus conhecimentos com os alunos através do sistema de ensino. Considerando esse aspecto, a escola tem o potencial de criar um espaço onde o entendimento sobre economia pessoal e social é moldado desde cedo, influenciando positivamente na mudança de comportamento de indivíduos e grupos expressos no gerenciamento de seus recursos limitados (Ferreira, 2015).

No caso da comunidade surda brasileira, a falta de acesso à educação financeira é agravada por barreiras linguísticas e comunicacionais, o que acentua vulnerabilidades econômicas. Historicamente, pessoas surdas foram colocadas à margem das esferas econômica, social, cultural, educacional e política, muitas vezes consideradas incapazes e privadas de seus direitos (Meserlian; Vitaliano, 2009). Entende-se como pessoas surdas indivíduos que compartilham da cultura e da identidade linguística da surdez, enquanto os que não pertencem a essa comunidade são classificados como deficientes auditivos (*Hand Talk*, 2026). Assim, para os surdos, a surdez não é vista como deficiência, mas como uma forma distinta de perceber o mundo, marcada por experiências e potencialidades próprias.

Apesar dos avanços, persistem falhas estruturais que envolvem o Estado, instituições financeiras, organizações de classe e o próprio núcleo familiar, resultando na falta de acesso à educação gratuita e de qualidade, sobretudo no que se refere à educação financeira para pessoas surdas. Júnior (2017) afirma que educar jovens é educar para o futuro, pois são agentes essenciais de transformação. Assim, a participação de todos os setores sociais na promoção do conhecimento financeiro é indispensável para construir uma sociedade mais equitativa e consciente.

Diante da relevância do problema, este estudo busca compreender as necessidades financeiras das pessoas surdas de todo o Brasil e investigar como a educação financeira pode atuar como instrumento de inclusão social, com ênfase no planejamento de aposentadoria. Com isso, propõe-se apresentar alternativas de investimento e estratégias de geração de renda que possam melhorar a qualidade de vida das famílias surdas e contribuir para a redução das desigualdades socioeconômicas que ainda persistem.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Descrever os níveis de alfabetização financeira da comunidade surda para a elaboração de alternativas de investimento que complementem a aposentadoria e melhorem sua qualidade de vida.

1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Mensurar os níveis de conhecimento, comportamento e atitudes financeiras dos indivíduos surdos;
- ✓ Identificar as principais barreiras enfrentadas pela comunidade surda no acesso e na compreensão de informações financeiras, considerando especialmente os impactos das barreiras de comunicação na tomada de decisão;
- ✓ Propor alternativas de investimento e estratégias acessíveis de organização e controle financeiro que promovam inclusão e sustentabilidade econômica para a comunidade surda.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, será apresentada a fundamentação teórica que embasa este estudo, explorando conceitos-chave relacionados à alfabetização financeira, inclusão social e planejamento de aposentadoria. Serão abordados os principais modelos que podem constatar a importância da literacia financeira para a comunidade surda, bem como as possíveis implicações sociais e econômicas desse conhecimento na promoção de qualidade de vida e inclusão social e econômica.

Já a análise documental e o levantamento bibliográfico serão compostos por uma revisão da literatura sobre educação financeira, inclusão social e acessibilidade para surdos, além de estudos sobre comportamento financeiro e investimentos voltados à aposentadoria. Para isso, serão utilizados artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais, como relatórios de políticas públicas de inclusão e planejamento financeiro, disponíveis em bases como *Scielo*, *Google acadêmico*, *Science Direct*, Periódico CAPES, BDTD e portais institucionais.

2.1 Uma Síntese Histórica da Cultura dos Surdos

A cultura dos surdos se desenvolve ao longo dos séculos, moldada por desafios, conquistas e uma busca contínua por inclusão. De acordo com Strobel (apud Perlin; Strobel, 2014), a cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas. Ademais, a surdez não pode ser considerada como uma deficiência, mas sim uma forma especial de experimentar o mundo, que incluir extrair e potencializar as vantagens surdas (*Hand Talk*, 2026; Gomides; Carvalho; Rocha, 2021).

Desse modo, Salles *et al* (2001) tenta esclarecer que, a depender da circunstância, todos têm suas limitações em especial, sendo por isso, indispensável buscar um ponto comum que promovam a interação mais justa e efetiva entre surdos e ouvintes, na direção de uma sociedade inclusiva e mais participativa nas políticas públicas implementadas pelos governos Federal, Estadual e Municipal.

Diante dessas considerações, os sujeitos surdos encontraram formas de comunicação por meio visual e gestual desde os tempos antigos. Entretanto, a verdadeira transformação teve início no século XVIII com a fundação das primeiras escolas para surdos pelo abade francês De l'Epeé (Moreira, 2024; Bigogno, 2023). Este período parece marcar o início do reconhecimento da identidade surda e da valorização de sua cultura única, que foi iniciado na França e se espalhou pela Europa.

Historicamente, a invisibilidade dos surdos perdurou por séculos, uma vez que os surdos foram frequentemente marginalizados e incompreendidos por indivíduos que não representavam a minoria surda, e ainda implementaram políticas públicas controversas sem a participação de representantes legais dos surdos (Morais; Martins, 2020). Tal situação pode criar um estigma de deficiente que não o leva a se desenvolver plenamente (Dizeu; Caporali, 2005), tendo em vista que não são respeitados como cidadão com deveres e direitos contemplados pela constituição federal brasileira nem pela Federação Mundial das Associações de Surdos (2024).

De acordo com essa abordagem, ao longo do século XIX, intensificaram-se os debates entre a educação oralista e a educação bilíngue (com uso da Língua de Sinais). Segundo Moraes e Martins (2020), algumas instituições insistem em adotar metodologias que excluem a Língua de Sinais, centralizando o sistema educacional na língua portuguesa. Isto pode resultar em maior resistência e luta por parte da comunidade surda, exigindo o direito ao acesso justo e equitativo às informações. Sob essa ótica, a cultura dos surdos resiste e se fortalece através da criação de organizações, associações e eventos culturais próprios.

Uma das organizações representativas dos surdos é a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), que recentemente questionou a política de educação inclusiva do MEC de alocar alunos surdos em escolas comuns com Atendimento Educacional Especializado, uma abordagem cuja proposta de inclusão é divergente. Campello e Rezende (2014) entendem que AEE é uma oferta educacional esporádica e fragmentada, no contraturno da aula, realizada durante poucas horas por semana. Nesse contratempo, em 2011, a FENEIS elaborou um documento para a Convenção Internacional das Pessoas com Deficiência, justificando que crianças surdas devem ser incluídas inicialmente através da língua de sinais e práticas culturais adequadas antes de serem incluídas nas diferentes áreas da vida escolar.

Em 2010 houve outra mobilização pelos movimentos surdos brasileiros, após os resultados da Conferência Nacional da Educação (CONAE) servirem de base para a elaboração do Plano Nacional da Educação (PNE). Este evento foi considerado pelos delegados surdos presentes na conferência como um retrocesso na educação, por rejeitar a proposta de apoio para construção de uma escola bilíngue para surdos, atendendo apenas 27% das reivindicações (Campello; Rezende, 2014).

À luz disso, observa-se que o século XX trouxe avanços significativos, como a aceitação gradual da Língua de Sinais como uma língua legítima e a promoção de direitos para pessoas surdas. Em 2002, a Lei n.º 10.436 oficializou a Libras como meio legal de comunicação e expressão da comunidade surda brasileira, garantindo seus direitos linguísticos e culturais (Moreira, 2024). Movimentos sociais também desempenharam um papel crucial na conquista desta legislação inclusiva e na sensibilização da sociedade.

Moreira (2024) enfatiza que a Libras é um sistema linguístico que utiliza gestos, expressões faciais e corporais para a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. Ela não se limita apenas à mímica, mas possui uma gramática própria, com estrutura sintática e semântica bem definidas. Dentro dessa perspectiva, a tecnologia, embora limitada para o público surdo, também começa a facilitar a comunicação e a integração dos surdos, ampliando ainda mais suas possibilidades de crescimento.

Diante desse avanço, observa-se um crescente reconhecimento da cultura surda como um aspecto rico da diversidade humana. Festivais de arte surda, produções teatrais em Língua de Sinais, a presença crescente de surdos em diversas áreas profissionais, e a inclusão de temas relacionados à surdez no Enem ilustram a força e a criatividade desta comunidade. O desafio num mundo globalizado reside em garantir que a inclusão seja plena e que a cultura dos surdos continue a florescer em um mundo cada vez mais consciente da diversidade.

Nesse sentido, a trajetória histórica da cultura dos surdos pode revelar uma jornada de resistência, resiliência e celebração da identidade própria, afirmando a importância de continuar lutando por um futuro inclusivo e equitativo para todos (UNESCO, Declaração de Salamanca, 1994). Por essa razão, será discutido as peculiaridades pertencentes a esse público e suas dificuldades para ter acesso a informações importantes, especialmente aquelas que tratam de gestão das finanças.

2.2 Educação Financeira, Literacia Financeira e Alfabetização Financeira

A educação financeira, a literacia financeira e a alfabetização financeira são conceitos interligados, mas distintos, que desempenham um papel crucial na vida de cada cidadão. A compreensão ampla desses conceitos e sua etimologia é essencial para apreciar seu impacto na sociedade, especialmente em comunidades específicas como a comunidade surda.

Nessa perspectiva, a educação financeira refere-se ao processo pelo qual os indivíduos adquirem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para tomar decisões financeiras informadas (Ceron *et. al.*, 2023). Esse termo é derivado do latim "*educatio*", que significa "criação" ou "instrução", e "*financiaris*", que se relaciona a assuntos monetários. A educação financeira também visa capacitar os indivíduos para administrar eficazmente os recursos financeiros, planejar para o futuro e compreender produtos e serviços financeiros que atendam ao seu perfil de risco. Vieira, Júnior e Potrich (2019), citando Gerardi, Goette e Meier (2010), destacam que a falta de educação financeira é um dos fatores que contribuiu para decisões mal tomadas e com enormes repercussões negativas para os cidadãos.

No Brasil, o Ministério da Educação (Brasil, 2019) tem desenvolvido iniciativas para integrar a educação financeira ao currículo escolar, reconhecendo sua importância para a formação integral dos estudantes. Nessa visão, foi publicado o decreto Nº 10.393 em 9 de junho de 2020, que institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF). O decreto estabelece diretrizes essenciais para a educação financeira, delegando ao FBEF a responsabilidade de implementar os princípios da ENEF, divulgar ações educativas, compartilhar informações para articulação de iniciativas e promover a interação entre órgãos públicos e entidades privadas (Brasil, 2019)

A literacia financeira tem origem no termo inglês "*financial literacy*" e é a habilidade de compreender e usar efetivamente várias habilidades financeiras, incluindo gestão financeira pessoal, orçamento e investimento. A palavra "*literacy*" tem raízes no latim "*litteratus*", que significa "letrado" ou "instruído". A literacia financeira, portanto, envolve não apenas o conhecimento limitado ao ambiente escolar, mas também a aplicação prática desse conhecimento em situações de convivência social (Gomides; Carvalho; Rocha, 2021).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no Brasil ressalta a importância de preparar os alunos para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, o que inclui a literacia financeira como uma competência essencial.

A alfabetização financeira, por sua vez, é um termo que se refere ao processo inicial de aprendizagem dos conceitos financeiros básicos, semelhante ao processo de alfabetização em termos de linguagem. A palavra "alfabetização" deriva do grego "alphabetos", referente ao aprendizado das letras. Nesse contexto, a alfabetização financeira pode ser vista como o primeiro passo para a educação financeira, que envolve a familiarização com termos financeiros, habilidade e atitude que possibilitem ao indivíduo alcançar o seu bem-estar financeiro (Ceron *et. al.*, 2023).

Em outras palavras, a educação financeira pode contribuir para uma gestão financeira mais eficiente, ajudando os indivíduos a evitar dívidas excessivas e a planejar para o futuro. Já a literacia financeira pode permitir que as pessoas façam escolhas informadas sobre investimentos, seguros e outros produtos financeiros, promovendo a estabilidade e segurança financeira. A alfabetização financeira, por sua vez, pode estabelecer a base para essas habilidades mais avançadas, essencial para o desenvolvimento econômico individual e coletivo. Vieira, Junior e Potrich (2019) acrescentam que ela é uma das competências importante deste século, sendo necessários aperfeiçoamentos para apoiar o crescimento econômico mundial.

Na comunidade surda, esses conceitos assumem uma importância ainda maior, visto que há uma barreira de comunicação entre eles e o público ouvinte, o que pode dificultar o acesso a informações financeiras, tornando a educação, a literacia e a alfabetização financeira ainda mais cruciais. Adaptar materiais educativos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e desenvolver recursos acessíveis são passos fundamentais para garantir que a comunidade surda possa beneficiar-se plenamente dessas práticas educativas.

Vale ressaltar que a Política Nacional de Alfabetização-PNA (Ministério da Educação, 2019) alerta que a palavra alfabetização, quando usada no modo impreciso, resulta em confusão pedagógica e didática, dificultando o diálogo entre as pessoas envolvidas na educação. Com base na ciência cognitiva da leitura, a PNA (2019) define alfabetização como o ensino das habilidades de leitura e de escrita em um sistema alfabético, que corresponde aos caracteres do alfabeto (letras) os sons da fala. Observa-se que nesse caso, ela não trata da linguagem de sinais dos surdos.

Diante do exposto, neste trabalho será utilizado preferencialmente a palavra alfabetização financeira, sem prejuízo de interpretação conceitual com os demais termos supracitados e respeitando a cultura própria dos surdos. Sendo assim, a alfabetização financeira é um direito de todos, e é imperativo que sejam feitos esforços para eliminar as barreiras que impedem o acesso equitativo ao conhecimento financeiro.

2.3 Níveis de Alfabetização dos Surdos

Para fins de comparação com a alfabetização dos indivíduos surdo, serão mencionados os níveis de literacia do público em geral, os ouvintes. Nesse sentido, Brites (2024), escritora e fundadora do Instituto Neurosaber classifica os níveis de literacia em cinco categorias, são elas: básica, intermediária, disciplinar, emergente e familiar.

A **literacia básica** compreende o período da pré-escola até o final do 1º ano do ensino fundamental. Inclui a aquisição da habilidade de decodificação e conhecimento das palavras de alta frequência. Caracteriza-se como o período de aquisição de habilidades fundamentais para a alfabetização. Já a **literacia intermediária** abrange do 2º ao 5º ano do ensino fundamental. Engloba habilidades de leitura oral e compreensão genérica de textos. Nesta etapa, as crianças começam a utilizar a leitura como forma de aprendizagem. A categoria **literacia disciplinar** envolve o 6º ano até o ensino médio. Refere-se às leituras aplicáveis em disciplinas específicas, como geografia, matemática e história.

Além dessas categorias, acrescentam-se a **literacia emergente**, que constitui a primeira etapa para a construção do conhecimento da literacia. Inclui o conjunto de conhecimentos e habilidades relacionadas à leitura e escrita. Deve ocorrer antes da alfabetização. E a **literacia familiar**, que consiste na aprendizagem da leitura e escrita dentro do ambiente familiar, revelando a importância do envolvimento dos pais e responsáveis no processo de alfabetização. Pode ocorrer por meio de leitura compartilhada e em voz alta, ampliando o vocabulário, desenvolvendo a compreensão da linguagem oral e fortalecendo laços familiares.

Quanto à alfabetização da comunidade surda, há abordagens específicas que consideram as necessidades e habilidades únicas dessa população. Diante disso, pode-se destacar a **alfabetização bilíngue** (Língua de Sinais e Língua Portuguesa) visa desenvolver a competência em língua de sinais como primeira língua e o português escrito como segunda língua. Essa abordagem promove a inclusão social e econômica, facilitando a comunicação e o acesso ao mundo letrado em português. A **alfabetização em língua de sinais**, que é a capacidade de ler e escrever em língua de sinais, que é a principal forma de comunicação para muitas pessoas surdas. Essa alfabetização fortalece a identidade cultural e linguística e é o alicerce para outras formas de letramento. A **alfabetização digital adaptada**, que envolve ferramentas e tecnologias que facilitam a comunicação e o acesso à informação, como teletipo, vídeo-relés e aplicativos de tradução de língua de sinais. Elas complementam a alfabetização em língua de sinais e facilitam o aprendizado e a interação social.

Além dessas abordagens específicas, inclui-se **alfabetização visual**, que é a habilidade de interpretar e criar informações visuais (mapas, gráficos e imagens) e o desenvolvimento de habilidades de interpretação visual que são úteis no cotidiano e em ambientes profissionais, a **alfabetização multimodal**, que integra diferentes modos de comunicação (visual, auditivo, tátil) para promover a compreensão de textos e o aprendizado, adaptando-se às necessidades de cada indivíduo. E, por fim, a **alfabetização sensorial e espacial**, que trabalha a percepção sensorial (texturas, formas e vibrações) e espacial (orientação e posicionamento das mãos, disposição de objetos em lugares diferentes) importante para melhorar a compreensão em ambientes visuais complexos.

2.4 Endividamento das Famílias Brasileiras

De acordo com um estudo realizado pelo *Nubank Ultravioleta* em 2024, os brasileiros dedicam cerca de 400 dias (13 meses, aproximadamente) à gestão financeira ao longo de suas vidas. Este tempo representa aproximadamente 2% da vida adulta, com base na expectativa de vida de 76 anos fornecida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Rocha, I., 2025). O estudo envolveu todo o espectro da sociedade, abrangendo as classes ABCDE, com um total de 1500 entrevistados nas cinco regiões do Brasil (Rocha, B., 2024).

Apesar desse esforço, dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) mostram que, no final de 2024, cerca de 41,5% da população adulta estava endividada. Isso indica que, mesmo dedicando um tempo considerável à administração do próprio dinheiro, uma parte significativa da população enfrenta dificuldades para manter suas finanças equilibradas (Rocha, B., 2024). Soma-se a isso, o aumento do limite de juros para empréstimos consignados para beneficiários do INSS, que pode facilitar o aumento do endividamento da população assegurada.

O Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) decidiu aumentar o teto das taxas de juros. Com isso, o limite dos juros para empréstimo com desconto em folha passa de 1,66% (21,73% a.a.) para 1,80% ao mês (23,84% a.a.). Já para as operações nos cartões de crédito e de cartão consignado de benefício, não houve mudança, ficando em torno de 2,46% ao mês (33,51% a.a.) (IstoÉ Dinheiro, 2025).

Especula-se que esse cenário não muda na comunidade surda, isto porque as barreiras e o acesso limitado as informações na linguagem dos surdos ainda persistem na comunidade brasileira. Um dos fatores importantes que contribuem para acentuar essa lacuna é a baixa escolaridade dos surdos. Bigogno (2023) aponta que muitas pessoas com surdez dificilmente alcançam posições socioeconômicas elevadas, o que pode incorrer em maior risco de pobreza se comparados aos ouvintes, visto que não tem a mesma participação no espaço público. Embora ele concorde com o sistema de cotas para o mercado de trabalho como um avanço, destaca que problema vai além desse paliativo, exigindo estudos mais sérios e conjunto de práticas efetivas das políticas públicas brasileiras.

Campello e Rezende (2014) acrescentam que há uma necessidade urgente de escutar a comunidade surda, que busca autonomia sobre seus recursos linguísticos, culturais, educacionais, econômicos e de saúde condizentes com o modo de viver e experienciar dos surdos, em detrimento da tutela do governo. Nessa mesma perspectiva, Rocha e Oliveira (2022) realçam que a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência apresenta a pessoa com deficiência sob o viés da independência, da autonomia e do respeito às suas escolhas, não a reduzindo a uma questão meramente clínica e patologizante.

Dessa forma, a valorização da capacidade do indivíduo surdo de gerenciar seus próprios recursos é crucial para o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, conforme a Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (Brasil, 2009).

2.4.1 Disparidade entre as taxas de juros cobradas em empréstimos consignados versus ganhos com investimentos financeiros

As taxas de juros desempenham um papel crucial na economia de um país, impactando diversos aspectos como o consumo, a poupança e o investimento. Quando o Banco Central realiza ajustes nas taxas de juros, ele está, essencialmente, modificando o custo do dinheiro. Taxas de juros mais baixas incentivam a obtenção de empréstimos e o aumento dos gastos, uma vez que o custo do crédito se torna mais acessível. Esse cenário pode fomentar a atividade econômica, promover o consumo e, potencialmente, levar a um aumento da inflação caso a demanda exceda a oferta. (Dicionário de Economia, 2026). Assim, a política de juros é uma ferramenta crucial para o equilíbrio econômico, com efeitos que se espalham por todos os setores.

A disparidade entre as taxas de juros cobradas em empréstimos consignados e o retorno médio de uma carteira de investimentos, por exemplo, é um ponto de atenção significativo. Enquanto as taxas anuais de empréstimos podem facilmente ultrapassar os 20%, atingir um retorno de 1% ao ano em uma carteira de investimentos, embora possível, demanda uma estratégia bem estruturada e, frequentemente, a orientação de um especialista em finanças. Essa discrepância evidencia a necessidade de uma gestão financeira prudente para minimizar o impacto dos juros elevados sobre a saúde financeira dos indivíduos.

2.5 Planejamento Financeiro

O planejamento financeiro pode ser definido como um processo estratégico para gerenciar as finanças pessoais e assim alcançar objetivos específicos, garantindo segurança e estabilidade financeira (SPC Brasil, 2025). Ele inclui o controle de receitas, despesas, investimentos e dívidas, oferecendo uma visão abrangente das suas finanças, levando em consideração o passado, o presente e o futuro. Neste sentido, o planejamento financeiro de acordo com o Banco Central do Brasil (2013) pode possibilitar um consumo mais e melhor. Consumir “mais” por meio da potencialização do dinheiro (pagar as contas em dia, evitando a cobrança de multa por atraso, por exemplo) e “melhor” com a eliminação de desperdícios (fechar as torneiras enquanto escova os dentes ou se planejar para evitar que produtos tenham a validade vencida, por exemplo).

Neste cenário, a população brasileira vem percebendo a importância de fazer uma reserva de emergência e elaborar um planejamento financeiro robusto para o seu sustento ao longo da vida. Entretanto, as pesquisas ao redor do mundo têm apontado para um comportamento incomum, as pessoas têm grande preocupação com esse tema, mas a maioria não está se preparando para essa importante fase da vida (Garcia, 2022). Também, nota-se que elas se preocupam mais com o futuro, a fim de obter uma qualidade de vida melhor na fase idosa, em particular.

O professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e especialista em finanças comportamentais Garcia (2022) enfatiza ainda que a mudança é perceptível, pois a visão dos idosos em conversas na pracinha já não é tão comum. Por outro lado, a população não está planejando sua aposentadoria talvez por não conhecer as bases do planejamento da aposentadoria, o que pode favorecer situações desagradáveis como precisar ou até mesmo depender dos familiares para sobreviver.

A pesquisa “O Preparo para Aposentadoria no Brasil”, conduzida pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) em parceria com a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) em 2018 revelou o mesmo comportamento notado por Garcia (2022). A pesquisa (CNDL Brasil, 2018) esclarece que 78% dos brasileiros reconhecem não estar se preparando para a aposentadoria. Em contraste, apenas 19% dos não-aposentados tomaram medidas para se preparar, com maiores percentuais observados entre homens (25%), pessoas mais velhas (26%) e membros das classes A e B (30%).

O SPC Brasil estima que cerca de 104,7 milhões de adultos acima de 18 anos não se preparam financeiramente para essa fase da vida, frequentemente justificando essa inércia devido a um orçamento apertado. Para se ter uma ideia, 47% dos que não se preparam para a aposentadoria afirmam que não sobra dinheiro no orçamento e 22% que estão desempregados. Outros 19% já começaram a guardar dinheiro com esse objetivo, porém não conseguiram continuar devido a problemas financeiros e 15% têm outros planos e prioridades. Já os que se preocupam, em média, os valores reservados para a aposentadoria são de apenas R\$ 371, enquanto a idade média pretendida para a aposentadoria é de 61 anos. A pesquisa também mostrou os meios mais comuns para se preparar para a aposentadoria. São eles a aplicação em poupança (39%), INSS pago pela empresa (30%) e INSS pago por conta própria (23%) (CNDL Brasil, 2018).

Por isso que é importante entender os principais aspectos do planejamento financeiro como, por exemplo, definir os objetivos com metas realistas e mensuráveis, avaliar a situação financeira atual, a fim entender o ponto de partida e identificar áreas de melhoria, elaboração um orçamento detalhado que inclua todas as fontes de renda e as despesas previstas, desenvolver estratégias para poupar dinheiro regularmente e investir em ativos que gerem retorno ao longo do tempo, identificar e priorizar o pagamento de dívidas, especialmente aquelas com taxas de juros mais altas, considerar a contratação de seguros e a criação de um fundo de emergência para proteger contra imprevistos financeiros (seguros de vida, saúde, automóvel, entre outros). Por fim, monitorar e revisar periodicamente o plano financeiro para ajustar metas e estratégias conforme as circunstâncias mudem, já que o monitoramento contínuo pode identificar e corrigir desvios e aproveitar novas oportunidades.

2.5.1 Ativos que Podem Conter no Planejamento Financeiro

A acessibilidade às informações financeiras e a inclusão de surdos no mercado financeiro são essenciais para promover a sua autonomia e equidade. Neste contexto, os bancos, financeiras e corretoras devem disponibilizar materiais educativos acessíveis sobre ativos financeiros e profissionais capacitados para atender aos surdos, incluindo vídeos em Libras e atendimento especializado para esse segmento (UFJF Notícias, 2024), garantindo assim, igualdades de condições com os indivíduos ouvintes em relação aos ativos financeiros.

Entendem-se por ativos financeiros ou investimentos ou ainda produtos financeiros como tudo aquilo que o indivíduo possui para ajudar na construção do seu patrimônio (Dias, 2024). Por exemplo, os títulos públicos, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliários (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), fundo imobiliários, fundos de investimentos, ações de empresas, *Exchange Traded Funds* (ETF) e plano de previdência privada, representam ativos financeiros.

Nos subtópicos seguintes serão apresentados alguns ativos financeiros típicos que podem fazer parte do planejamento financeiro dos surdos, mas antes deles serão abordados o conceito e a importância de ter um reserva de emergência e uma sugestão de planilha de controle de gastos, fatores que devem ser observados antes de aplicações em quaisquer investimentos financeiros.

RESERVA DE EMERGÊNCIA

É uma parte fundamental do planejamento financeiro pessoal (*Infomoney*, 2022). Ela consiste em uma quantia de dinheiro reservada para lidar com imprevistos financeiros, garantindo segurança e estabilidade em situações de crise.

A reserva de emergência deve ser composta por recursos financeiros que possam ser acessados rapidamente (alta liquidez e baixo risco) em situações de necessidade. Essas situações incluem perda de emprego, emergências médicas, reparos inesperados e outras despesas imprevistas que possam surgir. Isto porque ela pode proporcionar uma maior segurança, permitindo que a pessoa possa enfrentar situações inesperadas sem recorrer a empréstimos ou dívidas. A reserva de emergência pode proporcionar tranquilidade, permitindo assim o indivíduo lidar com imprevistos reduz o estresse, ansiedade e aumenta a tranquilidade (Mira, 2025).

Em relação à quantia recomendada para uma reserva de emergência, observa-se uma variação na opinião dos especialistas financeiros, sugerindo uma faixa mínima de três a seis meses das despesas mensais do indivíduo ou da família (Santander Blog, 2024; Ávila, 2025; Cerbasi, 2015). Isso inclui todas as despesas fixas (como aluguel, alimentação) e as despesas variáveis.

As opções mais comuns para a reserva de emergência são a caderneta de poupança, que oferece liquidez imediata. Outra alternativa é o tesouro Selic, que é um dos títulos do Tesouro Direto que acompanham a taxa Selic, proporcionando maior rendimento com baixo risco. Também alguns CDBs de Liquidez Diária, que oferecem rendimentos superiores à poupança e permitem resgate diário. Algumas corretoras ofertam fundo de Depósito Interfinanceiro (DI) (taxa média dos empréstimos entre bancos, feitos a partir do Certificado de Depósito Interbancário, CDI) de taxa zero, que além de render acima da inflação, permite sacar os recursos imediatamente.

Diante dessas considerações, ter uma reserva de emergência é um passo fundamental no planejamento financeiro pessoal e deve ser priorizado antes de considerar outros tipos de investimentos (Cerbasi, 2015). Nesta mesma perspectiva, Mira (2025) elenca 5 possibilidades benéficas a saúde mental e física do indivíduo quando ele resolve mapear e gerenciar suas finanças: (1) Redução da ansiedade e do estresse; (2) Construção de segurança financeira; (3) Tomada de decisões com maior confiança; (4) Realização de sonhos com mais facilidade; (5) Mudança de hábitos financeiros para viver com mais liberdade.

Com esse propósito, o E-investidor (2026) disponibiliza uma planilha dinâmica e gratuita para todos os leitores gerenciarem seus gastos e receitas mensalmente. Ela pode ser funcional àqueles que não sabem por onde começar o seu gerenciamento financeiro, possibilitando assim que as pessoas economizem de forma consciente, façam investimentos mais assertivos e alcancem seus objetivos financeiros com mais facilidade, seja ele viajar, comprar uma casa, trocar de carro e ter uma aposentadoria tranquila, entre outros.

2.5.1.1 Títulos Públicos

Os títulos públicos são emitidos pelo governo e são considerados investimentos de baixo risco e um dos ativos mais seguro para planejamento financeiro. Eles incluem opções como Tesouro Selic, Tesouro Prefixado e Tesouro de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA+), que oferecem diferentes tipos de retorno conforme a necessidade do investidor. Vale ressaltar que esses títulos nem sempre estão em destaque nos aplicativos dos grandes bancos, pois o retorno nas taxas para quem os vende é baixo e ainda compete com os produtos lucrativos dos bancos (Almeida; Larghi, 2024). Por isso, deve-se fazer um estudo rigoroso dos ativos de interesse do cidadão, em detrimento aos interesses apenas dos setores financeiros.

Almeida e Larghi (2024) mencionam que a falta de intuitividade e a complexidade dos aplicativos utilizados podem ser uma barreira significativa, o que possivelmente explica após mais de duas décadas de existência, o sistema do Tesouro Direto conter 2,7 milhões de investidores, uma pequena parcela em comparação aos que investem em poupança e Certificados de Depósito Bancário.

Independentemente de qualquer cenário, faz-se necessário a presença dos títulos públicos na carteira de investimento, dado que eles têm a característica de proteção do patrimônio (Larghi, 2024). Um exemplo de disso, são os títulos indexados pela Selic, que é a taxa de referência para os juros da economia ou pelo CDI (taxa que segue de perto a Selic) ou ainda a combinação deles indexados pela inflação. Há também os papéis prefixados (como o Tesouro Prefixado) que não seguem nenhum indexador específico. Portanto, o rendimento deles já é conhecido no momento da compra e não dependem do quanto a Selic ou a inflação vão variar (Larghi, 2024), sendo assim deve ser analisado com cautela no cenário de alta de inflação.

2.5.1.2 Certificados de Depósito Bancário (CDB)

Os CDBs são títulos emitidos por bancos e oferecem rendimentos atrelados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Eles apresentam uma boa opção para investidores que buscam segurança e liquidez.

2.5.1.3 Letra de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)

A LCI é um tipo de investimento de renda fixa onde o seu dinheiro é destinado ao financiamento do setor imobiliário. Um dos principais atrativos da LCI é que ela é isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas, o que significa que todo o rendimento é seu. A LCA também é um investimento de renda fixa, mas o dinheiro investido é destinado ao financiamento do agronegócio. Assim como a LCI, a LCA também é isenta de Imposto de Renda para pessoas físicas.

Esses dois ativos são considerados investimentos seguros, uma vez que são garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC) até um certo valor por CPF e por instituição financeira.

2.5.1.4 Fundos Imobiliários

Os fundos imobiliários são uma forma de investir no setor imobiliário sem a necessidade de comprar diretamente um imóvel. Eles distribuem periodicamente os rendimentos provenientes de aluguéis, vendas de imóveis e outros investimentos imobiliários.

2.5.1.5 Fundos de Investimento

Os fundos de investimento são formados pela união de recursos de vários investidores para aplicação coletiva em diversos ativos. Eles podem ser classificados em fundos de renda fixa, multimercados, de ações, imobiliários, entre outros. Bailey (1988) argumenta que fundos de investimento são instrumentos essenciais para a diversificação e gestão de risco.

Em relação a questão tributária, os fundos têm um desconto de imposto de renda semestralmente, denominado de come-cotas. Este tributo é cobrado sobre o valor total investido, funcionando como uma antecipação do imposto de renda retido na fonte (IRRF) nos meses de maio e novembro.

2.5.1.6 Ações de Empresas

Investir em ações representa a aquisição de uma parcela do capital de uma empresa. Esse tipo de investimento pode proporcionar altos retornos, mas também envolve maior risco, exigindo conhecimento e acompanhamento do mercado, em virtude de variar conforme as condições do mercado (*Infomoney, 2022*).

2.5.1.7 *Exchange Traded Funds* - ETF

Os ETFs ou fundos negociados em bolsa, em português, são fundos que replicam um desempenho de um índice de referência ou ativo financeiro, como o Ibovespa ou o S&P 500, por exemplo. Eles podem favorecer uma forma simples e acessível de diversificar os investimentos, permitindo que os investidores comprem e vendam cotas desses fundos na bolsa de valores. Além disso, os ETFs podem ser atrelados a índices de ações, renda fixa, *commodities*, entre outros, proporcionando uma exposição diversificada ao mercado com baixos custos de administração. Segundo o *Infomoney (2022)*, os ETFs são uma opção para investidores que buscam simplicidade e diversificação.

2.5.1.8 Planos de Previdência Privada

A previdência privada é um sistema de aposentadoria que não está ligado ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Ela se divide em duas fases: (1) Acumulação, em que o dinheiro é investido e gera rendimentos; (2) Benefício, em que o investidor deixa de contribuir e começa a resgatar o patrimônio acumulado. Nessa fase, é possível sacar o dinheiro de forma parcelada ou integral (*Balsemão, 2024*).

Diante disso, os planos de previdência privada são investimentos de longo prazo que visam complementar a aposentadoria. que poderá ser vitalícia ou por período determinado ou um pagamento único (Superintendência de Seguros Privados, 2022). Eles são divididos em dois tipos principais: PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) que é um plano de previdência complementa e o VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre) que funciona como seguro de pessoa

Quanto às características fiscais, a diferença mais significativa entre eles reside na forma de tributação. No PGBL, o investidor pode deduzir as contribuições feitas do Imposto de Renda, até o limite de 12% da sua renda bruta anual. É importante destacar que esses impostos são cobrados apenas no momento do resgate e incidem sobre o valor total. Por outro lado, no VGBL, não há a possibilidade de dedução das contribuições no Imposto de Renda, mas a tributação ocorre somente sobre os rendimentos, também no momento do resgate. Além disso, a modalidade VGBL não tem o imposto come-cotas, o que constitui uma vantagem desse tipo de fundo em relação aos fundos tradicionais. Dessa forma, o VGBL pode ser mais vantajoso para quem não faz a declaração completa do Imposto de Renda ou para quem já atingiu o limite de dedução permitido no PGBL.

Além disso, o investidor pode possuir ambas as modalidades. Os prêmios/contribuições pagos a planos VGBL não podem ser deduzidos na Declaração de Ajuste Anual do IRPF e, portanto, esse tipo de plano é mais adequado para consumidores que utilizam o modelo simplificado de Declaração de Ajuste Anual do IRPF ou para aqueles que já ultrapassaram o limite de 12% da renda bruta anual para dedução e ainda desejam contratar um plano de acumulação para complementação de renda (Superintendência de Seguros Privados, 2022).

A tributação da previdência privada nas modalidades PGBL e VGBL pode ser feita por meio de duas tabelas: progressiva e regressiva. Na tabela progressiva, a alíquota aumenta conforme a renda, enquanto na regressiva, a alíquota, inicialmente em 35%, diminui com o tempo de investimento até alcançar 10%, acima de 10 anos. Nesta perspectiva, a tabela regressiva é indicada para investimentos acima de 10 anos. Na tabela progressiva, os impostos aumentam conforme o rendimento cresce. Portanto, se os rendimentos forem elevados, pode ser mais interessante optar pelo regime regressivo.

Para a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti, citada por Santos (2019) em qualquer cenário, depender apenas do INSS não é recomendável, visto que as regras estão sempre mudando pelo Congresso Nacional para evitar o risco de colapso. A economista ainda sugere uma combinação entre a previdência pública, que é vitalícia (e tem um teto máximo dos benefícios atualmente em torno R\$ 8.475,55), e uma complementar, que comece cedo e seja constante ao longo dos anos.

Nesta perspectiva, Ávila (2025) alerta que, devido às crises financeiras, morais e éticas enfrentadas pelas instituições públicas e privadas, que prejudicam os trabalhadores e a sociedade em geral, torna-se imprescindível que os indivíduos elaborem e executem seu próprio planejamento financeiro. Soma-se a isso a importância da previdência privada, que pode desempenhar um papel significativo no planejamento sucessório, permitindo ao titular do plano designar beneficiários que receberão os recursos acumulados após seu falecimento. Esse mecanismo também pode gerar economia financeira, ao reduzir custos com cartórios, impostos e honorários advocatícios (Ágora Investimentos, 2025).

De modo geral, construir uma carteira sólida exige uma análise criteriosa dos fundamentos e da gestão de cada empresa ou ativo escolhido para o planejamento financeiro, bem como atenção ao contexto macroeconômico e político do país. É essencial considerar essas opções para garantir uma aposentadoria segura e estável, aproveitando os benefícios fiscais e as estratégias de investimento de longo prazo.

2.5.2 Diversificação de Produtos Financeiros no Planejamento Financeiro

A diversificação de produtos financeiros é uma estratégia essencial no planejamento, pois pode ajudar a reduzir riscos e aumentar as chances de alcançar os objetivos financeiros. Ao investir em diferentes tipos de ativos, como ações, títulos, imóveis e fundos de investimento, os investidores podem proteger seu patrimônio contra a volatilidade do mercado e eventos imprevistos (Bora Investir, 2024).

Este pensamento é corroborado pelo economista Harry Markowitz, ganhador do Prêmio Nobel de Economia. Ele enfatiza que a diversificação reduz o risco total de uma carteira de investimentos sem sacrificar significativamente o potencial de retorno. Isso ocorre porque diferentes ativos tendem a reagir de forma diferente às mesmas

condições de mercado; enquanto alguns podem enfrentar quedas, outros podem permanecer estáveis ou até valorizar (Suno, 2026; Cancherini; Takeda, 2024).

Segundo Bariquelli (2024), superintendente de Educação da B3, Bolsa de Valores brasileira, a diversificação não se reduz aos ativos em si, mas também aos prazos do investimento, à diversificação localização geográfica e outros aspectos importantes para maximizar o retorno e reduzir os riscos de perdas financeiras.

No contexto de proteção patrimonial, a diversificação é ainda mais crucial. Para idosos casados, por exemplo, a preservação do capital acumulado ao longo dos anos pode ser essencial para garantir uma aposentadoria confortável e segura. Diversificar os investimentos pode mitigar riscos que poderiam comprometer a estabilidade financeira, oferecendo segurança contra eventos imprevistos (Matos, 2024).

Neste sentido, o uso das tecnologias de ponta, como os *chatbots*, por exemplo,, pode ser de grande importância para gerenciar o comportamento dos diferentes ativos na carteira de investimento. Eles funcionam como um robô de bate-papos que dialoga com seus usuários sobre quaisquer assuntos. Sendo assim, seguem algumas sugestões dessa tecnologia moderna, que podem servir para ajudar o investidor a tomar decisões mais assertivas, rápida e intuitiva.

1. **Chatbots de Inteligência Artificial (IA):** Os robôs *ChatGPT (Open AI)*, *Gemini (Google)*, o *Copilot (Microsoft)* são muitos utilizados pelas empresas e usuários da tecnologia, uma vez que podem ser aliados poderosos na gestão financeira, auxiliando portanto na execução de tarefas desde as mais simples até as mais complexas. Quando utilizadas sob a orientação de um especialista, poderá alcançar maior retorno nos investimentos e organização financeira.

2. **Planilhas de Controle de Gastos:** As clássicas planilhas de controle financeiro são ferramentas eficientes para uma visão completa das finanças, visto que viabiliza o indivíduo registrar suas receitas e despesas, criar categorias específicas e acompanhar a evolução do seu orçamento ao longo do tempo.

3. **Aplicativos Financeiros:** os aplicativos de controle financeiro podem ser outra ferramenta para ajudar a organizar o orçamento de forma simples e acessível. Além disso, muitos deles oferecem relatórios visuais e alertas de pagamentos, além de permitir a sincronização com contas bancárias e cartões de crédito.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esta seção descreve o desenvolvimento metodológico do estudo, abordando a caracterização da pesquisa, definição do universo, amostragem, instrumento de coleta e análise dos dados. Esses procedimentos buscam assegurar a validade dos resultados e possibilitar a compreensão das dificuldades das pessoas surdas quanto ao planejamento financeiro, à aposentadoria e aos níveis de alfabetização financeira.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Conforme Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa é definida como um conjunto de procedimentos sistemáticos e racionais, servindo de alicerce para a formação de profissionais. Para Gil (2007), a pesquisa pode seguir diferentes procedimentos metodológicos, como a pesquisa documental e a bibliográfica. Para este estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, utilizando referências consolidadas para fundamentar a discussão e embasar a interpretação dos dados.

A pesquisa também adota uma abordagem descritiva, detalhando as dificuldades da comunidade surda na organização financeira e propondo alternativas viáveis para execução de um planejamento consistente. Paralelamente, também possui um caráter exploratório, pois busca aprofundar o conhecimento sobre o tema e delimitar suas principais questões, conforme descrito por Mendonça *et al.* (2008).

Quanto à abordagem metodológica, o estudo pode ser considerado quantitativo, pois transforma opiniões e informações em dados estatísticos (Mendonça *et al.*, 2008). Para isso, foi aplicado um questionário estruturado, contendo perguntas sobre renda familiar, nível de endividamento, conhecimento sobre produtos financeiros e compreensão acerca da aposentadoria.

3.2 Universo, Amostragem e Amostra

O universo da pesquisa foi composto por membros da comunidade surda, com foco em pessoas adultas em idade de planejamento de aposentadoria (18 a 60 anos), incluindo estudantes do IFPB, participantes de associações locais de surdos e indivíduos vinculados a outras instituições regionais e interestaduais.

A pesquisa foi realizada com participantes residentes em diferentes estados brasileiros, com predominância na região Nordeste. Foram identificados respondentes nos municípios de João Pessoa, Bayeux e Patos (PB), Recife e Rio Formoso (PE), além de participantes do estado do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal. Também houve participação de respondentes da região Norte, com registro no município de Manaus (AM). Em alguns casos, os participantes informaram bairros específicos de João Pessoa, como Valentina, Gramame, e Cruz das Armas, o que reforça a diversidade socioespacial da amostra.

O acesso aos participantes ocorreu principalmente por meio de intérpretes vinculados às instituições religiosas, à Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba (ESPEP), à Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência (FUNAD), além de intérpretes autônomos, sem vínculo institucional, e do setor de Coordenação Local de Acessibilidade e Inclusão (CLAI) do IFPB.

A amostra foi caracterizada como não probabilística por conveniência, uma vez que a seleção ocorreu entre indivíduos que apresentaram disponibilidade e interesse em participar da pesquisa.

3.3 Instrumento de Coleta de Dados

Segundo Mendonça *et al.* (2008), a técnica de coleta de dados está relacionada a parte prática da pesquisa, envolvendo um conjunto de normas específicas de cada área. Para este estudo em particular, será desenvolvido um formulário misto para coletar informações detalhadas da comunidade surda das instituições públicas e privadas de várias regiões, focando em aspectos como perfil socioeconômico (idade, renda, educação), conhecimento financeiro, principais necessidades e dificuldades encontradas no acesso às informações financeiras e à aposentadoria, aplicativos de finanças, lazer e qualidade de vida.

Para garantir a acessibilidade linguística, o formulário foi adaptado para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) por meio da produção de vídeos explicativos, elaborados pelas intérpretes de Libras do IFPB Ravena Vasconcelos, Francileya Ferreira e Géssica Vasconcelos, sob a orientação da professora intérprete de Libras Regina Monteiro. A Figura 1 mostra uma das reuniões entre o pesquisador e a equipe de intérpretes da professora Regina Monteiro.

Figura 1 – Reunião de alinhamento com a profa Regina Monteiro e as intérpretes de Libras do IFPB.



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Esses vídeos apresentavam as perguntas do formulário em Libras, permitindo maior compreensão por parte dos participantes surdos e reduzindo barreiras comunicacionais durante a coleta de dados.

O formulário eletrônico foi elaborado pelo pesquisador, em conjunto com o professor Odilon Saturnino Neto, sendo posteriormente adaptado para Libras pela professora Regina Monteiro e sua equipe de intérpretes.

Após a elaboração no contexto bilingue, o formulário foi compartilhado com os indivíduos surdos por meio de *links* enviados através de associações locais de surdos, instituições de ensino (IFPB, FUNAD e UFPB), instituições religiosas e redes sociais. O endereço para o preenchimento do formulário também foi disponibilizado em portais institucionais e divulgado por meio de campanhas de conscientização sobre a pesquisa, garantindo que as pessoas surdas tenham acesso e possa participar voluntariamente.

3.3.1 Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

O estudo também seguiu os princípios de inclusão, garantindo que toda a comunicação e interação com a comunidade surda seja acessível e respeite as barreiras linguísticas. Para isso, o desenvolvimento do trabalho contou com auxílio de intérpretes de Libras do IFPB e de outras instituições, a fim de garantir uma comunicação clara e objetiva com o público surdo.

De forma ética, será garantido que todos os participantes assinem um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), em conformidade com as normas do Comitê de Ética em Pesquisa (Ministério da Defesa, 2022). Os dados coletados foram tratados de forma anônima e confidencial.

3.4 Perspectiva de Análise de Dados

Os dados coletados no formulário eletrônico foram organizados e analisados utilizando *software* Excel e o formulário do *Google*, para identificar tendências no comportamento financeiro da comunidade surda, bem como as principais dificuldades em termos de educação financeira e aposentadoria.

4 ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção apresentam-se os resultados obtidos a partir das 20 respostas ao formulário, seguidos de interpretação crítica e discussão à luz dos objetivos do estudo. Os achados são descritos de forma exploratória e interpretativa, considerando o caráter não-probabilístico da amostra (conveniência) e as limitações decorrentes do tamanho amostral. Diante disso, os dados coletados foram tratados utilizando o método estatístico de Wilson (*Wilson Score Interval*),

4.1 Justificativa Estatística para a Adoção do Intervalo de Confiança de Wilson Score

O método de Wilson foi proposto por Edwin B. Wilson (1927), estatístico norte-americano, sendo amplamente utilizado para a estimação de intervalos de confiança em proporções binomiais pequenas. Ressalta-se que o método adotado neste trabalho se refere estritamente ao cálculo estatístico de intervalos de confiança, não possuindo relação com o Modelo de Wilson aplicado à gestão de estoques na área de Administração, apesar da coincidência nominal.

Diferentemente do intervalo de confiança clássico baseado na aproximação normal, o método de Wilson apresenta desempenho estatisticamente superior, especialmente em amostras pequenas, como a utilizada neste estudo ($n = 20$), ou em situações em que as proporções estão próximas dos extremos (0% ou 100%). Nesses casos, o método tradicional pode gerar estimativas imprecisas, incluindo intervalos inviáveis (inferiores a 0% ou superiores a 100%).

Estudos metodológicos, como os de Agresti e Coull (1998) e Brown, Cai e DasGupta (2001), demonstram que o intervalo de Wilson apresenta maior estabilidade e precisão em comparação ao método clássico. Em pesquisas na área de educação financeira, ciências sociais e comportamento financeiro, autores como Lusardi e Mitchell (2011) e Potrich, Vieira e Kirch (2015) recomendam o uso de métodos mais robustos para estimativa de proporções, especialmente em amostras reduzidas, a fim de reduzir vieses e ampliar a precisão das inferências.

De forma geral, o intervalo de confiança de Wilson mostra-se adequado e metodologicamente consistente para este estudo, permitindo estimativas mais confiáveis sobre variáveis como endividamento, uso de aplicativos financeiros, autopercepção financeira e padrões de comportamento. Assim, sempre que pertinente, são apresentados valores absolutos (n), proporções (%) e intervalos de confiança (IC95%), a fim de tornar os resultados mais precisos e informativos.

4.2 Apresentação Geral dos Dados

Nesta seção, apresenta-se a análise descritiva dos dados coletados, com o objetivo de identificar padrões e interpretar informações referentes às dificuldades financeiras, ao comportamento econômico e ao nível de educação financeira das pessoas surdas participantes da pesquisa. Os resultados foram organizados em categorias temáticas, permitindo compreender de forma estruturada os principais desafios enfrentados e identificar oportunidades para ações voltadas ao planejamento de aposentadoria e à inclusão financeira.

Ressalta-se que não foram encontrados estudos específicos na literatura que abordem diretamente o planejamento de aposentadoria para pessoas surdas, evidenciando uma lacuna acadêmica relevante. Nesse sentido, destaca-se o estudo bibliométrico de Borges e Botelho (2020), que analisaram publicações sobre educação financeira e alfabetização financeira na base de dados *Web of Science*.

O estudo relata que foram encontrados um total de 959 artigos, considerando o intervalo de dez anos de pesquisa (2010 a 2019), sendo predominantemente trabalhos norte-americanos, em especial o grupo das pesquisadoras Lusardi e Mitchell (2011) como as mais prolíferas. Dos artigos brasileiros, destacaram-se as autoras Potrich e Vieira (2015). Esse estudo conclui que ainda existe escassa produção científica sobre educação financeira aplicada a grupos vulneráveis, como a comunidade surda, configurando um campo fértil para novos avanços e contribuições. Neste sentido, Borges e Botelho (2020) sugerem que a escassez de trabalhos é uma oportunidade de contribuir para o enriquecimento do tema.

Diante desse contexto, os resultados deste trabalho são apresentados com o propósito de contribuir para o debate acadêmico, ampliando a compreensão das especificidades financeiras da população surda e subsidiando estratégias para seu bem-estar econômico e previdenciário.

A seguir, apresentam-se os principais indicadores sociodemográficos da amostra com IC95% (N = 20) utilizando o método de Wilson para pequenas amostras.

Tabela 1 - Indicadores sociodemográficos da amostra com IC95% (N = 20)
(IC95% calculado pelo método de Wilson, adequado para amostras pequenas)

Variável/Indicador	N	%	IC 95% (método de Wilson)
Identifica-se como pessoa surda	15	75%	53,1% – 88,8%
Comunica-se em Libras	18	90%	69,9% – 97,2%
Usa aplicativos bancários/financeiros	14	70%	48,1% – 85,5%
Possui dívidas atualmente	12	60%	38,7% – 78,1%
Poupança regular (sempre ou às vezes)	11*	55%	34,2% – 74,2%
Poupança sempre (rigorosa)	6	30%	14,5% – 51,9%
Planeja ativamente a aposentadoria	1	5%	0,9% – 23,6%
Já é aposentado(a)	4	20%	8,1% – 41,6%
Recebe BPC-LOAS	4	20%	8,1% – 41,6%
Ensino superior completo	3	15%	5,3% – 34,9%
Ensino superior incompleto	4	20%	8,1% – 41,6%
Pós-graduação	9	45%	26,9% – 64,3%
Atuação em educação	12	60%	38,7% – 78,1%
Possui outra fonte de renda	6	30%	14,5% – 51,9%
Considera-se feliz com sua situação financeira	7	35%	18,1% – 56,7%
Nunca teve contato com educação financeira	5	25%	11,2% – 45,4%
Já participou de curso/palestra de finanças	1	5%	0,9% – 23,6%
Não sabe onde buscar informações financeiras	3	15%	5,3% – 34,9%
Não busca informações financeiras	7	35%	18,1% – 56,7%

Nota: A soma “sempre + às vezes” (6 + 5 = 11), indicando usuários que poupam com alguma frequência.

Observam-se na Tabela 1 que as estimativas com IC95% mostram grande variabilidade, típica de amostras pequenas; isso deve ser reconhecido como limitação, mas não impede o uso dos dados como evidência exploratória. Além disso, observa-se a presença de intervalos largos, que reforça a importância de não generalizar para toda a comunidade surda. Entretanto, valores centrais (proporções) revelam tendências claras, como: Predominância de usuários de Libras (90%), alta proporção de dívidas (60%) e baixa taxa de planejamento previdenciário (5%).

4.3 Perfil Socioeconômico e Profissional

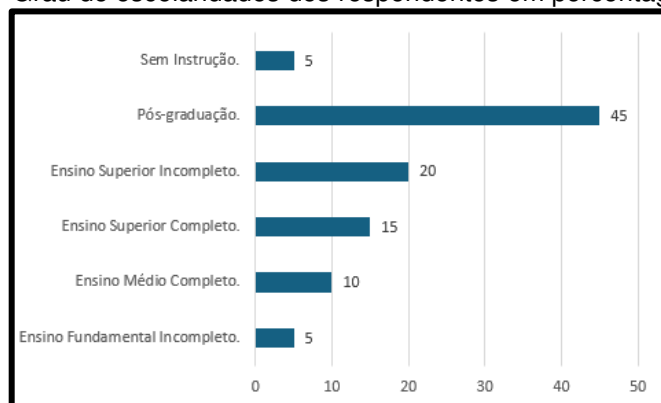
A análise do perfil sociodemográfico indica que a maioria dos participantes se identifica como pessoa surda, correspondendo a 75% da amostra ($n = 15$). Considerando o intervalo de confiança de 95% estimado pelo método de Wilson, essa proporção situa-se entre 53,1% e 88,8%, refletindo a incerteza associada ao tamanho reduzido da amostra. Os respondentes residem predominantemente em João Pessoa, Recife e em outras cidades da região Nordeste. A faixa etária é diversificada, abrangendo indivíduos entre 18 e 60 anos, o que possibilita contemplar diferentes estágios da vida financeira, incluindo estudantes, trabalhadores ativos, aposentados e beneficiários do BPC-LOAS.

Quanto à identidade de gênero, observa-se uma distribuição relativamente equilibrada, com leve predominância de homens cisgênero (55%), seguidos por mulheres cisgênero (40%), enquanto 5% dos participantes optaram por não declarar essa informação. Esses resultados devem ser interpretados à luz do tamanho amostral e da natureza não probabilística da pesquisa, não sendo passíveis de generalização para toda a população surda.

Em relação à escolaridade, ver Figura 1, observa-se um perfil atípico quando comparado a estudos com populações socialmente vulneráveis. Destaca-se que 45% dos participantes possuem pós-graduação ($n = 9$; IC95%: 26,9%-64,3%), enquanto 15% apresentam ensino superior completo ($n = 3$; IC95%: 5,3%-34,9%) e 20% ensino superior incompleto ($n = 4$; IC95%: 8,1%-41,6%).

A Figura 2 apresenta a distribuição do nível de escolaridade dos participantes. Observa-se uma predominância de indivíduos com elevada escolarização formal, com destaque para aqueles com pós-graduação (45%; IC95%: 26,9%-64,3%).

Figura 2 - Grau de escolaridades dos respondentes em porcentagem.



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

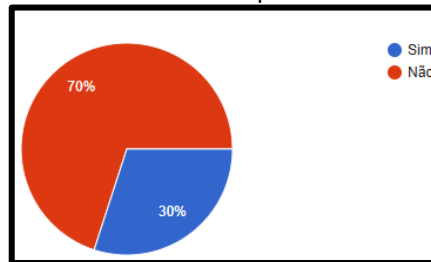
Esses resultados indicam um nível elevado de escolarização formal na amostra, embora, conforme discutido nas seções subsequentes, tal escolaridade não se traduza necessariamente em maior alfabetização financeira ou segurança econômica, evidenciando a influência de barreiras informacionais e linguísticas específicas da comunidade surda.

Do ponto de vista estatístico, a elevada escolaridade observada na amostra contrasta com importantes indicadores de vulnerabilidade econômica. Verifica-se que 20% dos participantes encontram-se desempregados ($n = 4$; IC95%: 8,1%-41,6%), enquanto outros 20% dependem de benefícios assistenciais, como o BPC-LOAS ($n = 4$; IC95%: 8,1%-41,6%), e igual percentual foi observado para os aposentados de forma precoce ($n = 4$; IC95%: 8,1%-41,6%). Essa discrepância sugere que a escolaridade formal, por si só, não garante autonomia financeira, especialmente quando não há acessibilidade linguística e instrumental adequada para a compreensão de conteúdos econômicos, conforme já apontado por Vieira, Potrich e Campara (2019).

No que se refere à ocupação profissional, observa-se a predominância de participantes atuantes na área da educação, correspondendo a 60% da amostra ($n = 12$; IC95%: 38,7%-78,1%). Esse resultado pode refletir maior acesso a ambientes institucionalizados e a redes de apoio educacional, o que tende a favorecer a participação em pesquisas acadêmicas. Por outro lado, tal concentração sugere que os surdos encontram maior inserção em setores públicos ou educacionais, nos quais as políticas de acessibilidade costumam ser mais consolidadas.

Outro aspecto relevante refere-se à estrutura de renda. A Figura 3 apresenta a presença de fontes de renda além do trabalho principal. Verifica-se que 70% dos participantes não possuem renda complementar ($n = 14$; IC95%: 48,1%–85,5%), enquanto apenas 30% ($n = 6$; IC95%: 14,5%-51,9%) relataram alguma forma adicional de ganho como, por exemplo, pequenos negócios, aplicativos de transporte ou trabalhos informais, o que sugere estratégias alternativas de geração de renda diante da instabilidade econômica.

Figura 3 – Fonte de renda dos respondentes além do trabalho.



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

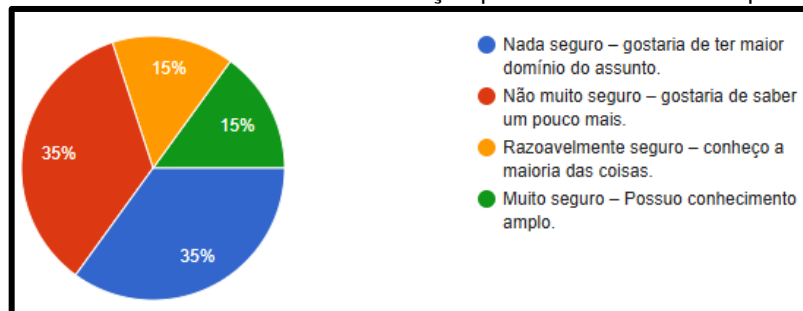
Esse resultado evidencia um cenário de baixa diversificação de renda, o que pode aumentar a vulnerabilidade financeira e limitar a capacidade de planejamento de longo prazo, especialmente no contexto da aposentadoria.

4.4 Alfabetização Financeira

A alfabetização financeira foi avaliada a partir de três dimensões: o conhecimento declarado, a autopercepção de segurança e o desempenho em testes objetivos de conhecimento. De modo geral, os resultados evidenciam um cenário de fragilidade no domínio de conceitos financeiros básicos entre os participantes.

A Figura 4 apresenta a autopercepção dos participantes quanto ao conhecimento financeiro. Observa-se que 70% se consideram pouco ou nada seguros (n = 14; IC95%: 48,1%–85,5%), enquanto apenas 15% afirmaram sentir-se “muito seguros” (n = 3; IC95%: 5,3%-34,9%). Essa autopercepção encontra correspondência no desempenho observado no teste de alfabetização financeira, no qual, em praticamente todas as questões conceituais, a alternativa “não sei” foi a mais assinalada, com proporções variando entre 30% (n = 6; IC95%: 14,5%-51,9%) e 60% (n = 12; IC95%: 38,7%-78,1%), a depender da proposição analisada.

Figura 4 – O seu conhecimento sobre finanças pessoais te deixa em que situação?



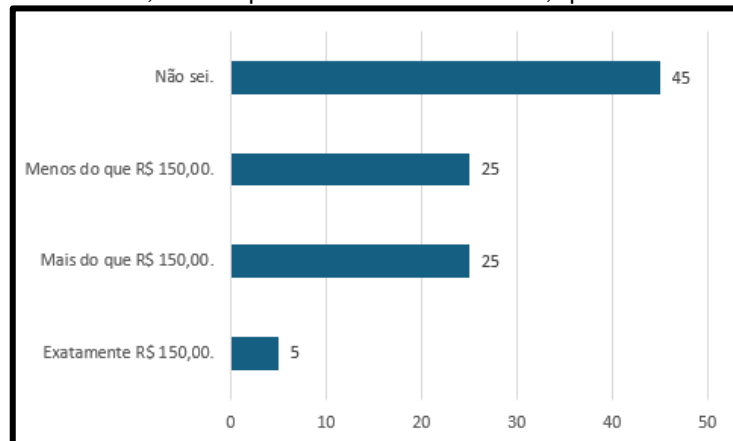
Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

Esses dados sugerem baixa confiança financeira, o que pode impactar negativamente a tomada de decisão e reforça a necessidade de ações educativas acessíveis as pessoas surdas.

As questões relacionadas ao entendimento de juros compostos evidenciaram fragilidades importantes na alfabetização financeira dos participantes. A Figura 5 avalia o entendimento sobre juros compostos.

Observam-se que apenas 25% dos pesquisados responderam corretamente ($n = 5$; IC95%: 11,2%-46,9%). Esse desempenho pode ser considerado baixo, sobretudo quando contrastado com o nível de escolaridade formal observado na amostra.

Figura 5 - Você tem R\$ 100,00 na poupança com juros de 10% ao ano. Depois de 5 anos, sem depositar ou retirar dinheiro, quanto terá na conta?

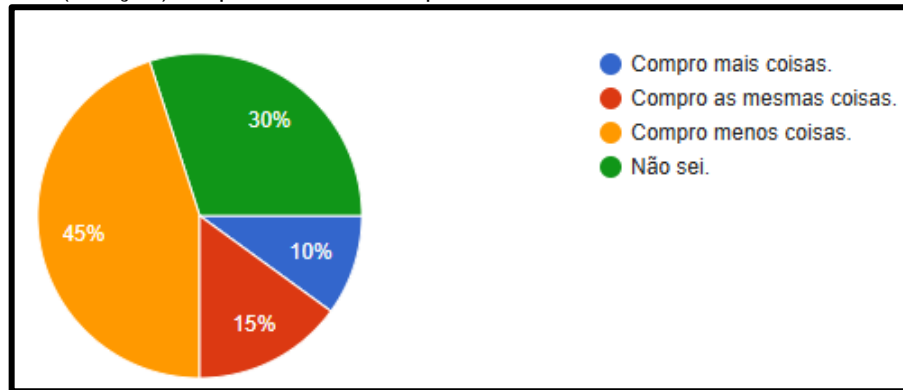


Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

A predominância de respostas incorretas ou de desconhecimento evidencia dificuldade na compreensão de um dos conceitos mais fundamentais da educação financeira. Essa dificuldade em compreender o conceito de capitalização composta é reforçada pelo fato de que a maioria dos participantes concentrou suas respostas nas alternativas “não sei” e em valores inferiores a R\$ 150,00, totalizando 70% da amostra ($n = 14$; IC95%: 48,1%-85,5%). Ademais, 5% indicaram exatamente o valor de R\$ 150,00 ($n = 1$; IC95%: 0,9%-23,6%), o que sugere uma interpretação linear dos juros, desconsiderando o efeito acumulativo da capitalização com o tempo.

A Figura 6 apresenta o entendimento sobre inflação pelos surdos. E de forma similar, o entendimento sobre inflação também apresentou fragilidades expressivas. Apenas 45% reconheceram corretamente a perda do poder de compra ($n = 9$; IC95%: 26,9%–64,3%).

Figura 6 - A poupança rende 6% ao ano, mas os preços aumentam 10% ao ano (inflação). Depois de 1 ano, o que acontece com o seu dinheiro?

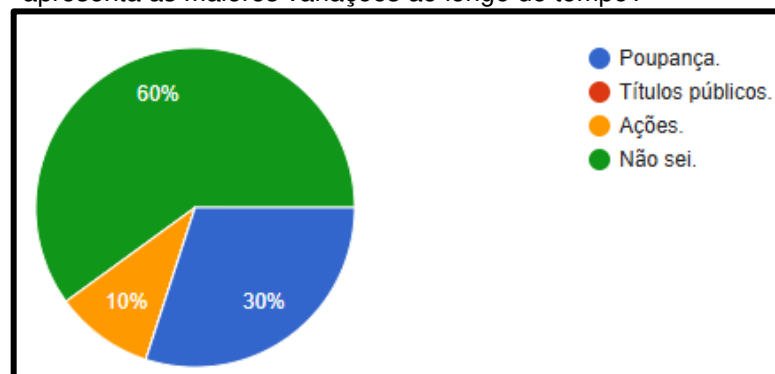


Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

Esse resultado evidencia dificuldades na compreensão da relação entre inflação e rendimento real, um conceito fundamental para decisões financeiras de curto e longo prazo, especialmente no contexto do planejamento previdenciário.

A Figura 7 mostra o conhecimento sobre variação de ativos. Observam-se que apenas 10% dos participantes identificaram corretamente as ações como mais voláteis ($n = 2$; IC95%: 2,8%-30,1%) quando comparadas aos títulos públicos e a caderneta de poupança. Esse comportamento evidencia uma fragilidade no entendimento de risco financeiro.

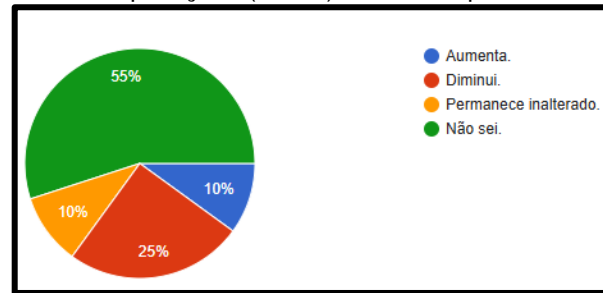
Figura 7 - Normalmente, qual aplicação financeira (ativo) apresenta as maiores variações ao longo do tempo?



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

A Figura 8 apresenta o entendimento sobre diversificação. Apenas 25% reconheceram corretamente que a diversificação de investimentos contribui para a redução do risco financeiro ($n = 5$; IC95%: 11,2%-46,9%). Apesar de esse conceito ser amplamente difundido em relatórios internacionais sobre literacia financeira, como os da OCDE (2020), ainda há uma lacuna importante a ser preenchida com a alfabetização financeira.

Figura 8 - Se um investidor divide o dinheiro em diferentes aplicações (ativos), o risco de perder dinheiro.



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

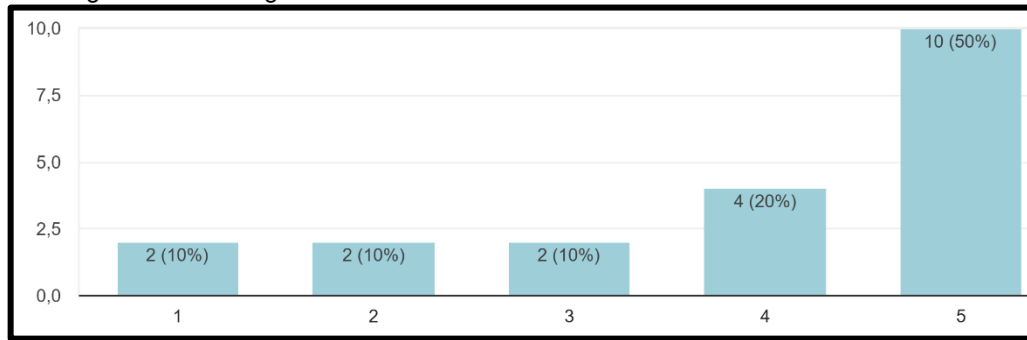
De maneira geral, observam-se que esses dados reforçam evidências da literatura de que a informação financeira especializada é menos acessível às pessoas surdas devido a barreiras de tradução e mediação linguística, como apontado por Meserlin e Vitaliano (2009). Ademais, a limitação de sinais específicos em Libras para termos como inflação, rentabilidade, juros compostos ou “diversificação sugere que o léxico financeiro ainda não está consolidado na comunidade surda, impactando diretamente a compreensão conceitual.

4.5 Comportamento Financeiro

Os comportamentos financeiros analisados revelam a coexistência de práticas consideradas racionais e atitudes contraditórias. Embora apenas 30% dos participantes tenham declarado realizar algum tipo de poupança ou investimento ($n = 6$; IC95%: 14,5%–51,9%), observa-se que 50% afirmaram pagar o cartão de crédito rigorosamente na data de vencimento ($n = 10$; IC95%: 29,9%–70,1%), ver Figura 9. Esse comportamento indica algum nível de responsabilidade financeira, embora não seja acompanhado por práticas de poupança.

Diante desse contexto, o cenário sugere que o elevado nível de escolaridade formal da amostra (45% dos participantes possuindo pós-graduação e 15% ensino superior completo) pode estar associado a uma maior compreensão dos riscos relacionados ao uso do crédito, como o crédito rotativo. Contudo, tal escolaridade não se traduz necessariamente em organização financeira voltada à formação de reservas ou investimentos regulares. Essa discrepância reforça a ideia de que o nível de instrução acadêmica, isoladamente, não constitui um fator determinante da alfabetização financeira comportamental, evidenciando uma lacuna entre o conhecimento formal e a gestão prática dos recursos financeiros.

Figura 9 – Se Pago a fatura do meu cartão de crédito na data de vencimento.



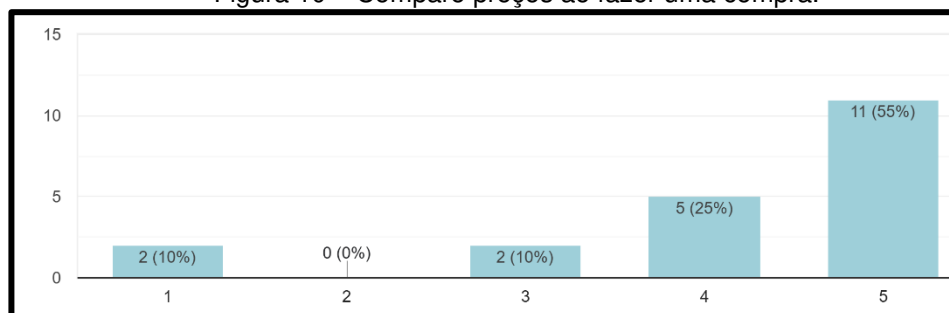
Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

Esse cenário também aponta para indicadores de fragilidade financeira e maior exposição ao risco. Observa-se que 30% dos participantes admitiram pagar apenas o valor mínimo do cartão de crédito ($n = 6$; IC95%: 14,5%-51,9%), prática que contribui para o acúmulo de encargos financeiros. Paralelamente, 60% da amostra relataram possuir dívidas ativas ($n = 12$; IC95%: 38,7%-78,1%), indicando um cenário de comprometimento financeiro significativo.

Além disso, 20% dos respondentes afirmaram apresentar gastos superiores à própria renda ($n = 4$; IC95%: 8,1%-41,6%), enquanto 25% reconheceram insegurança ou desconhecimento quanto ao controle do orçamento pessoal ($n = 5$; IC95%: 11,2%-46,9%). Esses resultados sugerem a presença de vulnerabilidades comportamentais associadas à gestão financeira cotidiana, as quais podem ampliar a exposição a situações de endividamento persistente.

No que se refere aos hábitos de consumo, observa-se um padrão de ambiguidade comportamental semelhante ao identificado em outros indicadores financeiros. Conforme apresentado na Figura 10, 90% dos participantes afirmaram comparar preços antes de realizar compras ($n = 18$; IC95%: 69,9%–97,2%). Contudo, dentro desse grupo, 40% reconheceram não realizar essa comparação de forma sistemática ou rigorosa ($n = 8$; IC95%: 21,9%-61,3%).

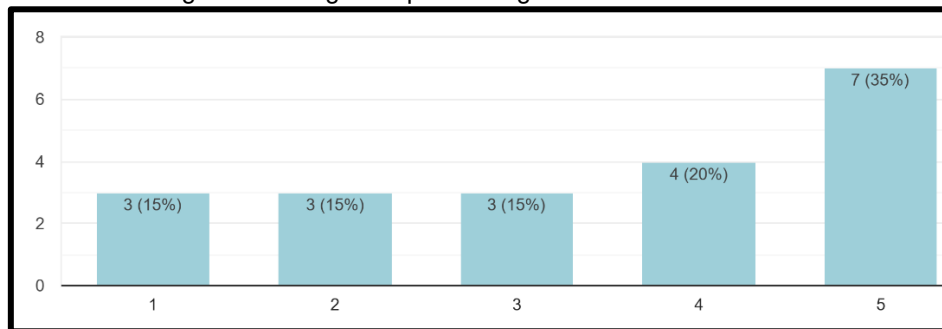
Figura 10 – Comparo preços ao fazer uma compra.



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

Embora a intenção de comparar preços represente um comportamento financeiramente desejável, a ausência de práticas consistentes de planejamento limita seus efeitos positivos. Nesse sentido, a Figura 11 evidencia que 65% dos participantes não possuem um plano de gastos estruturado ($n = 13$; IC95%: 43,3%-82,1%). Tal resultado é coerente com o estudo de Lusardi e Mitchell (2014), que apontam que indivíduos com baixos níveis de alfabetização financeira tendem a adotar comportamentos mais reativos e menos estratégicos na gestão de seus recursos.

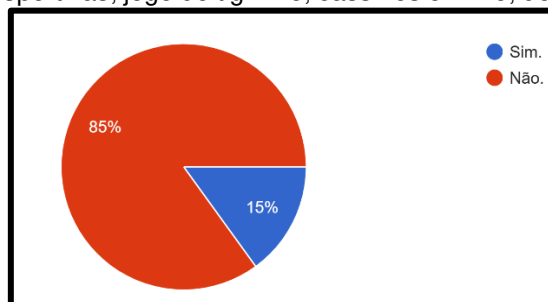
Figura 11 – Sigo um plano de gastos semanal ou mensal.



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

A Figura 12 apresenta a proporção de respondentes que relataram problemas relacionados a jogos de azar, como loterias, apostas esportivas e cassinos *on-line*. Observa-se que 15% dos participantes afirmaram já ter enfrentado dificuldades nesse contexto ($n = 3$; IC95%: 5,3%-34,9%), o que representa um percentual socialmente relevante, considerando o perfil socioeconômico da amostra. Tal resultado pode estar associado à utilização dos jogos como uma estratégia inadequada de alívio psicológico ou tentativa de obtenção de ganhos rápidos diante de dificuldades econômicas, conforme discutido por Souza (2022).

Figura 12 – Você já teve problemas com jogos de azar (loterias, apostas esportivas, jogo do tigrinho, cassinos on-line, dentre outros)?



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

Esse comportamento torna-se ainda mais preocupante quando contrastado com o fato de que 70% dos participantes não possuem outras formas de renda, como negócio próprio, aluguel ou investimentos, tampouco dispõem de renda suficiente para poupar (n = 14; IC95%: 48,1%-85,5%). Esse contexto de vulnerabilidade financeira, quando analisado em conjunto com os relatos de envolvimento com jogos de azar apresentados anteriormente, sugere maior propensão à adoção de estratégias financeiras de risco, conforme discutido na literatura.

4.6 Principais Obstáculos, Barreiras e Oportunidades

Neste subtópico serão apresentados os principais obstáculos encontrados pelos surdos para elaborar um planejamento previdenciário. Durante a pesquisa, também foram identificadas barreiras tanto no âmbito linguístico quanto no cognitivo e socioeconômico. De forma breve, serão comentados sobre todos os entraves encontrados durante a pesquisa para execução do planejamento de aposentadoria.

4.6.1 Barreiras Informacionais no Entendimento da Aposentadoria

A Figura 13 apresenta os principais obstáculos ao planejamento previdenciário, com destaque para falta de compreensão, ausência de renda e insegurança. Apenas 10% afirmaram planejar ativamente a aposentadoria, enquanto 40% já são aposentados (20%) ou beneficiários do BPC-LOAS (20%). Entre os que não planejam, os motivos predominantes foram: falta de entendimento sobre como funciona a aposentadoria (15%), não possuir dinheiro suficiente para investir (15%), falta de informações acessíveis em libras (1%) e desconfiança ou medo de investir (15%). Esses fatores evidenciam barreiras estruturais e informacionais.

Figura 13 - Quais são os principais obstáculos que você, como pessoa surda, encontra para investir na sua aposentadoria?



Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

Além disso, o questionário revelou que muitos participantes confundem aposentadoria, previdência pública, previdência privada e benefícios assistenciais, o que reforça a necessidade de educação previdenciária específica para as pessoas surdas.

4.6.2 Barreiras Linguísticas e Comunicacionais

Observou-se que as barreiras de comunicação permaneceram presentes mesmo com o suporte de intérpretes e com a utilização de vídeos explicativos em Libras. Os participantes relataram dificuldades na compreensão de termos técnicos utilizados no formulário, o que evidencia limitações no acesso efetivo ao conteúdo financeiro. Esse achado sugere a existência de múltiplas barreiras comunicacionais, dentre as quais se destacam a ausência de padronização do léxico financeiro em Libras, a inexistência de sinais específicos para determinados conceitos econômicos e o elevado nível de abstração exigido por conteúdos relacionados às finanças pessoais e ao planejamento previdenciário.

Inserido nesse contexto, a Figura 14 reúne as respostas abertas dos participantes à pergunta sobre experiências e necessidades relacionadas à educação financeira. A análise qualitativa dos relatos revela padrões recorrentes que reforçam os achados quantitativos do estudo. Observa-se a presença de manifestações de desconhecimento sobre educação financeira, demandas explícitas por formação acessível em Libras, preocupações com segurança financeira de longo prazo, especialmente aposentadoria e reservas de emergência, e solicitações por maior acessibilidade nos serviços bancários, incluindo atendimento por videochamadas e suporte visual. Esses relatos evidenciam que ainda persiste uma lacuna significativa na compreensão e apropriação dos conteúdos financeiros pelas pessoas surdas.

Figura 14 - Há algo mais que você gostaria de compartilhar sobre suas experiências ou necessidades em relação à educação financeira?

Não conheço educação financeira. Gostaria de um minicurso de finanças com intérprete.
A educação financeira precisa ter uma língua, libras, as pessoas surdas podem melhorar a financeira ter um pouco basicamente conhecimento já ajudou bastante
Muito gostei seu conteúdo
Muito mais direito ao atendimento ao publico no banco preciso acessibilidade videochamadas é muito importante
Controle de gastos do dia a dia .
meu experiencias não tem ededução finnceira muito dificil.
É essencial tornar as informações sobre educação financeira acessíveis. Muitas pessoas surdas não têm conhecimento suficiente sobre a realidade financeira, por isso é importante garantir acessibilidade em Libras para que possam compreender e aprender sobre esse tema.

Fonte: Dados da pesquisa (Dezembro/2025).

Os relatos apresentados na Figura 14 indicam que, entre os participantes com menor escolaridade formal, a compreensão de expressões matemáticas e conceitos econômicos torna-se ainda mais limitada. Nesses casos, a mediação de intérpretes com conhecimento mínimo da área econômica mostrou-se fundamental, evidenciando que a simples tradução linguística não garante a compreensão conceitual. Tal limitação constitui um fator adicional que pode intensificar os obstáculos ao entendimento da educação financeira e do planejamento previdenciário pela população surda, especialmente quando os conteúdos exigem maior nível de abstração cognitiva.

4.6.3 Barreiras Cognitivas e Textuais

Alguns participantes também relataram a existência de barreiras relacionadas ao formato e à estrutura do instrumento de pesquisa, destacando o excesso de texto no formulário, a dificuldade em inferir o significado de alternativas mais complexas e a necessidade de exemplos mais concretos e visualmente orientados. Esses aspectos indicam que, além das barreiras linguísticas, há limitações de ordem cognitiva e textual que dificultam a compreensão plena dos conteúdos financeiros.

As barreiras relatadas pelas pessoas surdas ainda se mostram consistentes com estudos sobre acessibilidade cognitiva, os quais apontam maior efetividade de materiais didáticos baseados em recursos visuais, narrativas imagéticas (fotografias, vídeos, arte e gráficos, para contar histórias,) e vídeos bilíngues. Nesse sentido, iniciativas como as desenvolvidas pela *Hand Talk* contribui para reforçar a importância da adaptação dos conteúdos informacionais às especificidades cognitivas e linguísticas das pessoas surdas, favorecendo processos de aprendizagem mais inclusivos e eficazes (*Hand Talk*, 2026).

4.6.4 Barreiras Sociais e Emocionais

Destaca-se ainda que, durante o processo de coleta de dados, foram relatados receios por parte de alguns potenciais participantes em responder ao formulário, motivados pelo temor de que as informações fornecidas pudessem ser utilizadas por órgãos governamentais para reavaliar a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC-LOAS). Esse receio sugere uma fragilidade na relação de confiança com instituições públicas, associada à sensação de vigilância social e à dependência de benefício, fatores que pode influenciar decisões cotidianas e autonomia dos indivíduos surdos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Embora tal percepção não encontre respaldo nos princípios éticos que regem esta pesquisa, ela se mostra compreensível quando considerada à luz da condição de vulnerabilidade econômica e do histórico de exclusão institucional vivenciado pela comunidade surda. De forma geral, essas barreiras de natureza subjetivas e estrutural extrapolam a dimensão estritamente financeira, afetando tanto a adesão a pesquisas acadêmicas quanto a capacidade de planejar o futuro previdenciário de maneira autônoma e informada.

4.6.5 Acessibilidade e Oportunidades para as Instituições Públicas e Privadas

Apesar das dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, os resultados também evidenciaram oportunidades relevantes de intervenção institucional. Destaca-se o protagonismo dos próprios participantes ao sugerirem propostas concretas para tornar a educação financeira mais acessível às pessoas surdas. Entre as principais estratégias apontadas, 70% indicaram a necessidade de vídeos em Libras sobre finanças (n = 14; IC95%: 48,1%-85,5%), 50% sugeriram a oferta de aulas e palestras com intérpretes especializados (n = 10; IC95%: 29,9%-70,1%) e 45% mencionaram a importância de aplicativos financeiros acessíveis (n = 9; IC95%: 26,9%-64,3%).

Dessa forma, observa-se que há uma demanda explícita dos surdos por uma educação financeira mais inclusiva, estruturada sob princípios de acessibilidade linguística e cognitiva. Tal cenário configura uma oportunidade estratégica tanto para a formulação de políticas públicas mais eficazes quanto para a atuação de instituições financeiras privadas, especialmente na incorporação de recursos em Libras em seus *sites*, aplicativos e canais de atendimento digital.

Além disso, destaca-se a necessidade de consolidação e padronização de sinais e vocabulários específicos da área financeira em parceria com a comunidade surda, universidades e entidades especializadas, de modo a reduzir a assimetria informacional e ampliar a autonomia financeira desse público.

4.7 Discussão com a Literatura

Os resultados deste estudo convergem com evidências nacionais e internacionais acerca da influência da literacia financeira sobre a qualidade de vida e o bem-estar econômico. Lusardi e Mitchell (2014) demonstram que baixos níveis de alfabetização financeira comprometem não apenas decisões de consumo cotidiano, mas também a capacidade de planejar a aposentadoria de forma consistente. Os dados da pesquisa confirmam essa premissa ao evidenciar fragilidades significativas no domínio de conceitos como juros compostos, inflação, risco e diversificação, bem como baixos níveis de planejamento previdenciário entre os participantes.

Os dados também dialogam com as diretrizes da OCDE (2020), que defendem abordagens integradas envolvendo conhecimento, comportamento e atitude financeira. No contexto das pessoas surdas, entretanto, tais dimensões não operam isoladamente, mas são atravessadas por barreiras adicionais de natureza linguística, cognitiva e institucional, o que amplia a complexidade do fenômeno.

Borges e Botelho (2020), ao realizarem estudo bibliométrico sobre educação financeira no Brasil, destacam que a produção científica na área ainda é limitada, sendo praticamente inexistente quando se trata da comunidade surda. Nesse sentido, a presente pesquisa contribui ao revelar dimensões específicas da experiência financeira desse grupo, demonstrando que os modelos tradicionais de educação financeira, frequentemente estruturados para populações ouvintes, não contemplam plenamente as necessidades linguísticas e culturais das pessoas surdas.

Observa-se, ainda, que a elevada escolaridade formal da amostra contrasta com o baixo desempenho em indicadores de alfabetização financeira. Tal discrepância sugere que a principal barreira não reside necessariamente na instrução formal, mas na acessibilidade ao conteúdo econômico. Estudos de Meserlin e Vitaliano (2009) já apontavam que a surdez, enquanto identidade cultural e linguística, demanda práticas educacionais bilíngues e materiais adaptados ao processamento visual, o que reforça a necessidade de metodologias específicas no campo da educação financeira.

Ao integrar essas perspectivas teóricas com os resultados empíricos obtidos, evidencia-se que políticas de inclusão financeira voltadas à pessoa surda devem considerar simultaneamente: A acessibilidade linguística em Libras, metodologias bilíngues (Libras e português escrito), mediação por intérpretes com domínio mínimo de conceitos financeiros, simplificação conceitual e uso de recursos visuais e fortalecimento da confiança institucional.

Nesse sentido, os resultados apresentados não apenas identificam lacunas históricas no acesso à educação financeira, mas também oferecem diretrizes concretas que pode aprimorar estratégias de planejamento de aposentadoria e promoção da inclusão social da pessoa surda.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo analisar a educação financeira como ferramenta de inclusão social, propondo um planejamento de aposentadoria para a comunidade surda. Também buscou compreender suas dificuldades no acesso à informação financeira e avaliar de que forma a acessibilidade linguística impacta sua autonomia e independência econômica ao longo do ciclo de vida.

Os resultados revelaram que, embora a amostra apresente elevada escolaridade formal, tal característica não se traduziu automaticamente em maior alfabetização financeira. Observou-se baixo desempenho em conceitos fundamentais como juros compostos, inflação, risco e diversificação, além de reduzido percentual de participantes que realizam planejamento ativo da aposentadoria. Os dados reforçam a distinção entre escolarização formal e alfabetização financeira prática.

Além das limitações conceituais, a pesquisa evidenciou que as barreiras enfrentadas pelos surdos extrapolam a dimensão financeira. Obstáculos linguísticos, ausência de padronização do léxico financeiro em Libras, necessidade de maior suporte visual e dificuldades cognitivas associadas ao nível de abstração dos conteúdos, fatores que pode impactar a compreensão e a tomada de decisão.

Mesmo diante dessas dificuldades, identificou-se demanda concreta por soluções acessíveis, como vídeos em Libras, aulas com intérpretes especializados e aplicativos financeiros adaptados. Esse resultado sugere não apenas vulnerabilidades, mas também oportunidades estratégicas para políticas públicas e instituições financeiras privadas atuarem de forma mais inclusiva. Nesse sentido, o estudo contribui para apontar caminhos concretos para políticas públicas mais inclusivas e para a atuação estratégica de instituições financeiras privadas.

Do ponto de vista científico, esta pesquisa apresenta caráter inédito ao abordar especificamente a intersecção entre educação financeira, planejamento de aposentadoria e as pessoas surdas, temática não identificada nos principais bancos de dados analisados na revisão bibliométrica. Ao revelar barreiras linguísticas, cognitivas, institucionais e emocionais associadas ao planejamento previdenciário, o estudo contribui para ampliar o debate sobre inclusão financeira no Brasil e propor uma perspectiva que transcende modelos tradicionais de alfabetização financeira voltados predominantemente para populações ouvintes.

Observou-se durante a pesquisa que os surdos demonstraram medo de perder o BPC-LOAS. Ainda que infundado sob o ponto de vista ético, isto sugere fragilidade de confiança institucional e vulnerabilidade socioeconômica dos surdos pesquisados, fatores que podem influenciar decisões econômicas e comportamentos preventivos. Esse aspecto evidencia que inclusão financeira também envolve segurança jurídica e confiança social, e não apenas transmissão de conteúdo técnico.

Do ponto de vista metodológico, reconhece-se como limitação o tamanho reduzido da amostra ($n = 20$), decorrente das dificuldades de acesso e da necessidade de mediação linguística. Entretanto, a adoção do intervalo de confiança pelo método de Wilson reforçou o rigor estatístico da análise, ao explicitar a incerteza associada a amostras pequenas e evitar generalizações indevidas. Além disso, a inclusão de respostas abertas permitiu captar dimensões qualitativas que enriqueceram a compreensão do fenômeno estudado.

Conclui-se que a educação financeira pode constituir ferramenta efetiva de inclusão social para a comunidade surda, desde que estruturada sob princípios de acessibilidade linguística, metodologias visuais, clareza conceitual e fortalecimento da confiança institucional. A verdadeira inclusão financeira exige não apenas acesso à informação, mas compreensão efetiva, adaptação cultural e participação ativa da comunidade surda na construção de soluções sustentáveis.

Recomenda-se que futuras pesquisas ampliem o número de participantes, explorando diferentes regiões do país e desenvolvendo instrumentos específicos para avaliação da literacia financeira em contextos bilíngues. Sugere-se, ainda, a criação de programas-piloto de educação financeira em Libras, com avaliação longitudinal de impacto, bem como a consolidação de um vocabulário financeiro padronizado em parceria com universidades, instituições financeiras e a própria comunidade surda.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Expectativa de vida no Brasil em 2023 chega a 76,4 anos.** 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-08/expectativa-de-vida-no-brasil-em-2023-chega-a-764-anos-diz-ibge>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ÁGORA INVESTIMENTOS. **Como funciona a previdência privada.** E-Investidor, 2025. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/investimentos/como-funciona-previdencia-privada/>. Acesso em: 15 fev. 2026.

AGRESTI, A.; COULL, B. A. Approximate is better than “exact” for interval estimation of binomial proportions. **The American Statistician**, v. 52, n. 2, p. 119–126, 1998. Disponível em: https://users.stat.ufl.edu/~aa/articles/agresti_coull_1998.pdf. Acesso em 13 fev. 2026.

ALMEIDA, Cris; LARGHI, Nathália. **Títulos do Tesouro Direto não têm destaque nos aplicativos dos 'bancões'. Por quê?** Valor Econômico, 2024. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/renda-fixa/tesouro-direto/noticia/2024/12/02/titulos-do-tesouro-direto-nao-tem-destaque-nos-aplicativos-dos-bancoes-por-que.ghtml>. Acesso em: 19 mar. 2026.

ÁVILA, Leandro. **Crise das Estatais e salários atrasados:** Como se preparar para o pior. Clube dos Poupadores. 2025. Disponível em: <https://clubedospoupadores.com/trabalho/crise-estatais.html>. Acesso em: 8 mar. 2026.

BAILEY, Warren. Canada's dual class shares: Further evidence on the market value of cash dividends. **Journal of Finance**, 43(5), 1143-1160, 1988. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/j.1540-6261.1988.tb03961.x>. Acesso em: 21 mar. 2026.

BALSEMÃO, Rafael. **PGBL ou VGBL:** qual é o melhor plano de previdência privada para o seu perfil?. 2024. Disponível em: https://inteligenciafinanceira.com.br/onde-investir/aposentadoria/pgbl-vgbl-previdencia-privada/?IFTAG=IF-ORG-161224-SF-EMAIL-X-X-X&j=93054&sfmc_sub=16893007&l=1100_HTML&u=2619663&mid=546001931&jb=2. Acesso em: 24 mar.2026.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais** (Conteúdo Básico). *Ebook*. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf. Acesso em: 3 mar. 2026.

BARIQUELLI, Christianne. **Diversificação de investimentos:** por que é tão importante e como fazer. Blog B3: Bora Investir, 2024. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/objetivos-financeiros/diversificacao-de-investimentos-por-que-e-tao-importante-e-como-fazer/>. Acesso em: 8 mar. 2026.

BIGOGNO, Paula Guedes. Cultura, Comunidade e Identidade Surda: O Que Querem os Surdos? **Revista Internacional de Culturas**, Línguas Africanas e Brasileiras, v.3, n. 2, p.268-285, jul./dez. 2023. Disponível em: <https://www.ufjf.br/graduacaocienciasociais/files/2010/11/Cultura-Comunidade-e-Identidade-Surda-Paula-Guedes-Bigogno.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2026.

BORA INVESTIR. **Diversificação de investimentos**: por que é tão importante e como fazer. Blog B3, 2024. Disponível em: <https://borainvestir.b3.com.br/objetivos-financeiros/diversificacao-de-investimentos-por-que-e-tao-importante-e-como-fazer/>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BORGES, Bárbara Ramos; BOTELHO, Ducineli. Régis. **Uma década de pesquisa em Alfabetização e Educação Financeiras**: um estudo bibliométrico. In: XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, São Paulo - SP, 2020. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/340515459_Uma_decada_de_pesquisa_em_Alfabetizacao_e_Educacao_Financeiras_um_estudo_bibliometrico. Acesso em: 16 mar. 2026.

BRASIL. Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York**, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 18 mar. 2026.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. **Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10393.htm#art10. Acesso em: 20 mar. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Caderno de Prova Nacional de Avaliação**. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/images/CADERNO_PNA_FINAL.pdf. Acesso em: 12 mar. 2026.

BRITES, Luciana. **Literacia**: o que é e qual sua importância? Instituto NeuroSaber, 2024. Disponível em: <https://institutoneurosaber.com.br/artigos/entenda-o-que-e-literacia/>. Acesso em: 14 mar. 2026.

BROWN, Lawrence. D.; CAI, Tony. T.; DASGUPTA, Anirban. Interval estimation for a binomial proportion. **Statistical Science**, v. 16, n. 2, p. 101-133, 2001. Disponível em: <https://files.core.ac.uk/download/pdf/132271468.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

BUFALO, Daniela Cristina Lourenço; PINTO, Rafael Ângelo Bunhi. Políticas Públicas de Educação Financeira: do processo histórico às ações práticas em instituições de ensino superior. **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 28, p. 1-36, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/tJxQRnsvdtYNRM9xMz9Wvwb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2026.

CAMPELLO, Ana Regina; REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. **Educar em Revista**, Edição Especial, n. 2, p. 71-92, 2014. Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/6KfHLbL5nN6MdTjJd3FLxpJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2026.

CANCHERINI, Alexandre; TAKEDA, Thiago. **A importância da diversificação em uma carteira administrada de investimentos**. Galápagos Capital, 2024. Disponível em: <https://galapagoscapital.com/a-importancia-da-diversificacao-em-uma-carteira-administrada-de-investimentos/>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CERBASI, Gustavo. **Como Organizar Sua Vida Financeira**. 1º ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

CERON, Josiane; ARAÚJO, Danilo de Sousa; CUNHA, Moisés Ferreira; PIMENTA, Daiana Paula. **EDUCAÇÃO FINANCEIRA E ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA: Uma Análise Bibliométrica sobre a Evolução dos Trabalhos no Brasil**. CONTUFU, 2023. Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2023.completo0065.pdf>. Acesso em: 13 fev 2026.

DIAS, Anne. **Ativo financeiro**. 2024. Disponível em: <https://inteligenciafinanceira.com.br/glossario-financeiro/ativo-financeiro/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. **A Influência das Taxas de Juros nas Decisões de Investimento**. Disponível em: <https://dicionariodeeconomia.com.br/a-influencia-das-taxas-de-juros-nas-decisoes-de-investimento/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A Língua de Sinais Constituindo o Surdo como Sujeito. **Educação & Sociedade**, v. 26, n. 91, p. 583-597, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/LScdWL65Vmp8xsdkJ9rNyNk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES LOJISTAS. Brasil. **Oito em cada dez brasileiros não se preparam para aposentadoria, mostra pesquisa do SPC Brasil e CNDL**. 2018. Disponível em: <https://fcdlmg.org.br/oito-em-cada-dez-brasileiros-nao-se-preparam-para-aposentadoria-mostra-pesquisa-do-spc-brasil-e-cndl/>. Acesso em: 23 jan. 2026.

E-INVESTIDOR. **Planilha de CONTROLE DE GASTOS E-Investidor**. Disponível em: https://conteudos.einvestidor.estadao.com.br/planilha_de_gastos_e-investidor?utm_campaign=. Acesso em: 24 mar. 2026.

FEDERAÇÃO MUNDIAL DAS ASSOCIAÇÕES DE SURDOS. **World Federation of the Deaf**. Disponível em: <https://wfdeaf.org/>. Acesso em: 12 jan. 2026.

FERREIRA, Vera Rita de Mello. **Educação Financeira e Psicologia Econômica - uma discussão e algumas recomendações**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2015. 26 p. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/2a2ba36b-c651-47bc-9793-ea3abaa6208f/content>. Acesso em: 12 jan. 2026.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Número de centenários com plano de saúde cresce 42% em cinco anos, diz ANS**. 2025. Blog Uol. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/03/numero-de-centenarios-com-plano-de-saude-cresce-42-em-cinco-anos-diz-ans.shtml>. Acesso em: 8 mar. 2026.

GARCIA, Fabio Gallo. **Como Planejar a Aposentadoria**. Rio de Janeiro: FGV, 2022. E-Book. Disponível em: https://nc-www5.fgv.br/cursosgratuitos/cg/OCWCPAEAD/base_rede/pag/assets/Como%20plan-ear%20a%20aposentadoria.pdf. Acesso em: 18 jan. 2026.

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio-histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira**. Orientadora: Denice Barbara Catani. 2007. 409 f. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz; CARVALHO, Gilcinei Teodoro; ROCHA, Terezinha Cristina da Costa. Literatura Surda e Percursos Sócio-Históricos de Formação de Dois Professores Surdos. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 60, n. 2, p. 735-747, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/MTZccxwhFXzyLWPzGSbF8FC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 16 jan. 2026.

HAND TALK. **Surdo ou Deficiente Auditivo: qual é a nomenclatura correta?**. Disponível em: <https://www.handtalk.me/br/blog/surdo-ou-deficiente-auditivo/>. Acesso em: 15 mar. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2022, expectativa de vida era de 75,5 anos**. Agência de Notícias IBGE, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/38455-em-2022-expectativa-de-vida-era-de-75-5-anos>. Acesso em: 12 jan. 2026.

INFOMONEY. **Como começar a investir: um guia para dar os primeiros passos no mercado**. Blog. 2022. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/guias/como-comecar-a-investir/>. Acesso em: 21 jan. 2026.

ISTOÉ DINHEIRO. **Novo teto de juros do consignado do INSS já está valendo; veja como fica**. Finanças, 2025. Disponível em: <https://istoedinheiro.com.br/novo-teto-de-juros-do-consignado-do-inss-ja-esta-valendo-veja-como-fica/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

JÚNIOR, William Eid. **Educação Financeira: mil razões para estudar**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/0f1843d9-d526-4026-b568-842976c725c8/content>. Acesso em: 11 jan. 2026.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARGHI, Nathália. **Onde investir na renda fixa em 2025?** Valor Econômico, 2024. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/renda-fixa/noticia/2024/12/30/onde-investir-na-renda-fixa-em-2025.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2026.

LUSARDI, Annamaria.; MITCHELL, OLIVIA S. Financial literacy around the world: an overview. **Journal of Pension Economics and Finance**, v. 10, n. 4, p. 497–508, 2011. Disponível em: <https://gflec.org/wp-content/uploads/2015/09/Annamaria-Lusardi-Paper.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2026.

MATOS, Stéfani. **Entendendo a Importância da Diversificação no Planejamento Patrimonial do Idoso Casado**. Digital Sabedoria. 2024. Disponível em: <https://digitalsabedoria.com/entendendo-a-importancia-da-diversificacao-no-planejamento-patrimonial-do-idoso-casado/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

MENDONÇA, Alzino Furtado de; ROCHA, Cláudia Regina Ribeiro; NUNES, Heliane Prudente. **Trabalhos Acadêmicos, Planejamento, Execução e Avaliação**. Goiânia: Alfa, 2008.

MESERLIAN, Katia Tavares; VITALIANO, Célia Regina. **Análise sobre a trajetória histórica da educação dos surdos**. In: Anais. IX Congresso Nacional de Educação –EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR, 2009.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/HFA)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/hfa/ensino-e-pesquisa/comite-de-etica-em-pesquisa-cep-hfa-1>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MIRA, Eduardo. **Cinco motivos para você organizar suas finanças em 2025**. E-Investidor, 2025. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/colunas/eduardo-mira/cinco-motivos-para-voce-organizar-suas-financas-em-2025/>. Acesso em: 23 fev. 2026.

MORAIS, Mariana Peres de; MARTINS; Vanessa Regina de Oliveira. **Educação bilíngue inclusiva para surdos como espaço de resistência**. Pro-Posições, Campinas, v. 31, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/7wZPwHzwnLHzrf9jmFQtQGP/?lang=pt>. Acesso em: 07 jan. 2026.

MOREIRA, SARA. **A importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a educação**. Pedagogia para Concurso, 2024. Disponível em: <https://pedagogiaparaconcurso.com.br/artigo/a-importancia-da-lingua-brasileira-de-sinais-libras-para-a-educacao/>. Acesso em: 11 jan. 2026.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Recommendation of the Council on Financial Literacy**, Paris, França, 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461>. Acesso em: 10 jan. 2026.

PERLIN, Gladis; STROBEL, Karin. História cultural dos surdos: desafio contemporâneo. **Educar em Revista**, Edição Especial, n. 2, p. 17-31, 2014. Curitiba: Editora UFPR. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/qR5cDC7tgf5SyMtrSGvSVFC/?lang=pt>. Acesso em: 9 fev. 2026.

PORTAL G1. **Expectativa de vida do brasileiro sobe para 75,5 anos após queda na pandemia, mas é menor do que projeção inicial do IBGE**. G1, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2023/11/29/expectativa-de-vida-do-brasileiro-diminui-em-novo-calculo-do-ibge-que-considera-pandemia-e-censo-2022.ghtml>. Acesso em: 10 jan. 2026.

POTRICH, Ani. Caroline. Grigion.; VIEIRA, Kelmara Mendes. M.; KIRCH, Guilherme. Determinantes da Alfabetização Financeira: Análise da Influência de Variáveis Socioeconômicas e Demográficas. **Revista Contabilidade & Finanças**. V.26, n.69, p. 362-377, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rcf/a/wM9hSthWFCztM3t8bbbqPSG/?format=pdf&lang=pt/>. Acesso em: 27 jan. 2026.

ROCHA, Beatriz. **Brasileiros gastam 2% do tempo de vida com gestão financeira, revela estudo do Nubank**. E-Investidor, 2024. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/ultimas/brasileiros-tempo-gasto-gestao-financeira-estudo-nubank/>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ROCHA, Isabel. **Adeus, dívidas! Veja 3 ferramentas gratuitas para controlar os gastos em 2025**. E-Investidor, 2025. Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/educacao-financeira/3-ferramentas-gratuitas-para-controlar-gastos-em-2025//>. Acesso em: 17 jan. 2026.

ROCHA, Luiz Renato Martins da; OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Análise textual pormenorizada da Lei Brasileira de Inclusão: perspectivas e avanços em relação aos direitos das pessoas com deficiência. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19961/209209216574>. Acesso em: 18 jan. 2026.

SALLES, Heloísa Maria Moreira Lima *et al.* **Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica** - Volume 1. BRASIL. Ministério da Educação. Brasília: MEC, 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol1.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2026.

SANTANDER BLOG. **O que é e como fazer uma reserva de emergência?**. 2024. Disponível em: <https://www.santander.com.br/blog/como-fazer-uma-reserva-de-emergencia#:~:text=Voc%C3%AA%20tem%20um%20dinheiro%20guardado,melhor%20da%20sua%20sa%C3%BAde%20financeira>. Acesso em: 8 mar. 2026.

SANTOS, Gilmara. **Como conseguir uma renda para complementar a aposentadoria: veja opções.** Veja Negócios, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/como-conseguir-uma-renda-para-complementar-a-aposentadoria-veja-opcoes>>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SOUZA, Lucas Matheus Ferreira de. **A literacia financeira de docentes do ensino básico na cidade de João Pessoa-PB.** Orientador: Odilon Saturnino Silva Neto. 2022. 54 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Instituto Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/2727/1/A%20LITERACIA%20FINANCEIRA%20DE%20DOCENTES%20DO%20ENSINO%20B%C3%81SICO%20NA%20CIDADE%20DE%20JO%C3%83O%20PESSOA-PB.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SPC BRASIL. **Como fazer seu Planejamento Financeiro para 2025.** SPC Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.spcbrasil.org.br/blog/planejamento-financeiro>. Acesso em: 5 fev. 2026.

SUNO. **Biografia de Harry Markowitz.** Disponível em: <https://www.suno.com.br/tudo-sobre/harry-markowitz/>. Acesso em: 8 fev. 2026.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP. **PGBL & VGBL.** Gov.Br. Disponível em: [https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro/seguros-previdencia-e-capitalizacao/providencia-complementar-aberta/pgbl-vgbl#:~:text=O%20primeiro%20\(VGBL\)%20%C3%A9%20classificado,resgate%20ou%20recebimento%20da%20renda](https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro/seguros-previdencia-e-capitalizacao/providencia-complementar-aberta/pgbl-vgbl#:~:text=O%20primeiro%20(VGBL)%20%C3%A9%20classificado,resgate%20ou%20recebimento%20da%20renda). Acesso em: 24 jan. 2026.

UFJF NOTÍCIAS. **Educação financeira para surdos é tema de pesquisa de estudante de Ciências Contábeis da UFJF-GV.** Universidade Federal de Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2024/10/04/educacao-financeira-para-surdos-e-tema-de-pesquisa-de-estudante-de-ciencias-contabeis-da-ufjf-gv/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais.** Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 17 jan. 2026.

VIEIRA, Kelmara Mendes; JUNIOR, Fernando de Jesus Moreira; POTRICH, Ani Caroline Grigion. Indicador de Educação Financeira: Proposição de um Instrumento a Partir da Teoria da Resposta ao Item. **Educação & Sociedade.** Campinas, v. 40, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/jpbGbNLJfVHBppfvQmVfH9R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2026.

WILSON, Edwin. B. Probable inference, the law of succession, and statistical inference. **Journal of the American Statistical Association**, v. 22, n. 158, p. 209–212, 1927. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2276774>. Acesso em: 25 fev. 2026.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS

Este apêndice apresenta o formulário eletrônico desenvolvido como instrumento de coleta de dados para a pesquisa sobre alfabetização financeira da comunidade surda. O questionário foi elaborado com questões que investigam as dificuldades enfrentadas por essa comunidade, seu entendimento sobre investimentos e as suas práticas de planejamento financeiro.

Após críticas e sugestões dos surdos, a estrutura do formulário (8 páginas) passou por modificações, sendo a principal delas a inserção de vídeos em libras (14 páginas). Os ajustes foram cuidadosamente planejados para garantir clareza e acessibilidade, contando com a revisão de intérpretes de Libras e especialistas em finanças. O objetivo é obter informações que possam contribuir para o desenvolvimento de estratégias que promovam a inclusão das pessoas surdas.

Figura A - 1: *Print* da primeira página do formulário de coleta de dados.

A Educação Financeira como Ferramenta de Inclusão Social de Pessoas Surdas

Trabalho de Conclusão de Curso - Administração, 2º Semestre-2025, Gilson Ferreira de Andrade

Avançar Página 1 de 14 Limpar formulário

Nunca envie senhas pelo Google Formulários.

Este formulário foi criado em Secretaria de Estado da Educação da Paraíba. - [Entre em contato com o proprietário do formulário](#)

Fonte: Elaboração própria, com revisão do prof Dr. Odilon Saturnino Silva Neto, 2025.

Devido à extensão e ao nível de detalhamento do questionário, optou-se por apresentar as páginas referentes ao título do TCC e ao texto de autorização para divulgação dos dados e consentimento para participação na pesquisa. O formulário completo pode ser acessado no seguinte endereço eletrônico:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdXkakVUR628FcometKZ3xaOrw1CVTuuiJKhvhRBaUjtkckPQ/viewform>

Figura A – 2: *Print* do texto de Autorização para Divulgação dos Dados e Consentimento para Participação na Pesquisa.

Autorização para Divulgação dos Dados e Consentimento para Participação na Pesquisa

Ao responder a este questionário, você concorda em participar voluntariamente * deste estudo. Suas respostas serão tratadas com confidencialidade e anonimato pelo grupo do professor Dr Odilon Saturnino - IFPB.


Agradecemos profundamente por sua contribuição para este estudo. Sua participação é de grande valor para a comunidade acadêmica e para a melhoria da educação financeira e social das pessoas surdas.

Consentimento para Participação
Os dados coletados poderão ser utilizados e divulgados em eventos e publicações acadêmicas, com o objetivo de contribuir para a inclusão social e o planejamento financeiro da comunidade surda. Nenhuma informação pessoal será compartilhada ou divulgada sem o seu consentimento.

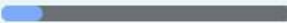
Concordo.

Não concordo.

Texto Inicial_TCC_Gilson
Professor Odilon Neto




Voltar
Avançar



Página 2 de 14
Limpar formulário

Fonte: Elaboração própria, com revisão do prof Dr. Odilon Saturnino Silva Neto (parte financeira) e profa Regina Monteiro (parte de Libras), 2025.

	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
	Campus João Pessoa - Código INEP: 25096850
	Av. Primeiro de Maio, 720, Jaguaribe, CEP 58015-435, João Pessoa (PB)
	CNPJ: 10.783.898/0002-56 - Telefone: (83) 3612.1200

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Entrega do TCC 2025.2

Assunto:	Entrega do TCC 2025.2
Assinado por:	Gilson Andrade
Tipo do Documento:	Termo
Situação:	Finalizado
Nível de Acesso:	Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência:	Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Gilson Ferreira de Andrade, ALUNO (20191460033) DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO - JOÃO PESSOA**, em 07/04/2026 21:55:57.

Este documento foi armazenado no SUAP em 07/04/2026. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 1827464

Código de Autenticação: a9b807a1a9

